

**ESTRATÉGIA NACIONAL** DE EDUCAÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO 2018-2022  
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2021





## FICHA TÉCNICA

### RESPONSABILIDADE

#### Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

### REDAÇÃO

La Salette Coelho e Joana Costa

#### ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO APOIO AO PLANEAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA ENED 2018-2022

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

Junho de 2022

**ÍNDICE**

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	3
<b>1 – Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2 – Análise de dados gerais.....</b>	<b>9</b>
<b>3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações .....</b>	<b>12</b>
o Cobertura global dos objetivos .....	12
o Objetivo 1 .....	14
o Objetivo 2 .....	17
o Objetivo 3 .....	20
o Objetivo 4 .....	23
o Medidas Transversais .....	24
o Análise por projeto .....	25
<b>4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão .....</b>	<b>27</b>
o Objetivo 1 .....	27
o Objetivo 2 .....	35
o Objetivo 3 .....	41
o Objetivo 4 .....	44
<b>5 – Conclusões.....</b>	<b>47</b>
<b>6 – ANEXOS .....</b>	<b>58</b>
o Anexo 1: Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão.....	59
o Anexo 2: Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED.....	62
o Anexo 3: Projetos de ED reportados .....	66
o Anexo 4: Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2021, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED .....	68

## LISTA DE SIGLAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARIPese - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CA - Comissão de Acompanhamento

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

DGE - Direção-Geral da Educação

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

GENE - Global Education Network Europe

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

MT - Medidas transversais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

Referencial de ED - Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

TdR - Termos de referência

UE - União Europeia

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório de Acompanhamento faz parte do acompanhamento e monitorização da implementação do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022), relativamente ao ano de 2021, analisando a cobertura dos objetivos, medidas e ações e bem como os indicadores gerais e específicos definidos.

A exemplo dos anos antecedentes, o processo de recolha de dados foi realizado através de um instrumento *online*, elaborado de origem como previsto no PA. A sua unidade de recolha é a “ação”<sup>1</sup>, em coerência com o documento enquadrador. Os dados gerais aqui tratados foram recolhidos em 524 respostas registadas por 42 instituições<sup>2</sup> e representam um total de 1302 ações reportadas. Os dados recolhidos são da responsabilidade das entidades que os reportaram.

Receberam-se respostas, reportando ou não dados, das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento (CA) da ENED<sup>3</sup>, da própria CA enquanto órgão coletivo com responsabilidade na dinamização e implementação de ações<sup>4</sup>, das restantes 12 Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2018-2022, de 20 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD e de 11 Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE.

No total das 1302 ações reportadas, 717 (55%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 154 (12%) referem-se a ações inseridas nouro tipo de projetos e 431 ações (33%) são ações não inseridas em qualquer tipo de projeto. Neste âmbito, foi ainda possível identificar a existência de 9 projetos de ED implementados pelas ESPA, 34 por ONGD associadas da PPONGD e 2 pelas ESE associadas da ARIPESE.

Foi ainda possível verificar que, em termos de números absolutos, foram realizadas mais 257 ações do que as previstas em Plano de Ação, cujas metas globais estavam definidas em 1045 ações.

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 383 (30%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 692 (52%) dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 195

---

<sup>1</sup> Por *ação* entende-se intervenções/iniciativas diversas em número singular.

<sup>2</sup> Incluindo a Comissão de Acompanhamento (CA).

<sup>3</sup> Apesar de ser um dos elementos da CA e de ser uma ESPA, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade.

<sup>4</sup> No Plano de Ação desta Estratégia a CA assumiu compromissos e, portanto, também reporta enquanto tal.

(15%) correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; e 31 ações (2%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à “Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED”. Relativamente às Medidas Transversais, nomeadamente a que corresponde à “realização de edição das Jornadas de ED”, realizou-se 1 ação, conforme previsto no Plano de Ação, à semelhança do ano anterior.

A análise geral da cobertura dos objetivos permite verificar que todos os objetivos apresentam um nível de cobertura superior aos compromissos estabelecidos e que o objetivo 2 é aquele que mais excede esses compromissos.

O presente relatório apresenta, ainda, uma análise pormenorizada da informação recolhida de acordo com os indicadores específicos por objetivo e por dimensão, a saber, participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Da análise de dados recolhidos retiraram-se conclusões que se apresentam igualmente no presente relatório.

# 1 – Introdução

O presente Relatório de Acompanhamento, relativo à implementação de ações no ano de 2021, é um documento que resulta da implementação de um “Sistema de acompanhamento”, consagrado na medida 4.2 do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022). Este sistema de acompanhamento pretende ser uma forma de promover e acompanhar o desenvolvimento da ENED 2018-2022, nomeadamente monitorizar a implementação do seu PA, no qual se estipula a “elaboração e publicação de relatórios de acompanhamento da execução da ENED”.

Esta atribuição foi entregue a um secretariado (previsto na ação 3 da medida 4.1), através da celebração de um contrato-programa<sup>5</sup> entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL) e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), envolvendo ainda a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Com este documento pretende-se, para além de fornecer informações que permitam obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022, promover uma reflexão crítica sobre os resultados e partilhar conclusões entre os atores de ED envolvidos e o público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

Como referido anteriormente, o principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED 2018-2022, no ano de 2021.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caracterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;

---

<sup>5</sup> “Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação”.

- identificar as principais tipologias das ações;
- lançar as bases para a obtenção futura de uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022 em cada ano de execução;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o processo de elaboração dos relatórios anuais é sempre um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

A recolha de dados do presente relatório foi realizada, de forma semelhante à do ano antecedente, através de um instrumento pensado e elaborado de origem, e implementado conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se numa “área reservada”<sup>6</sup> (<https://areareservada.ened-portugal.pt/>) que se integra na estrutura da plataforma eletrónica desenvolvida, e já em funcionamento, que tem como propósito disseminar informação relativa à ED em Portugal (<https://ened-portugal.pt/>).

A análise dos dados recolhidos, que tem a *ação*<sup>7</sup> como unidade de reporte, pretende responder às dimensões e indicadores gerais e específicos identificados para cada uma das ações no documento *Notas explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022*<sup>8</sup>: participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Assim, os dados aqui tratados foram recolhidos em 524 respostas registadas por 42 instituições representando um total de 1302 ações reportadas. O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos:

- numa primeira fase, fez-se a análise das ações reportadas com vista a ter uma visão global sobre o grau de cumprimento dos compromissos assumidos pelas ESPA e suas associadas;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados por objetivo, medida e ação, segundo as dimensões transversais e os indicadores específicos definidos no documento “Notas explicativas”, complementar ao PA.

---

<sup>6</sup> Na “área reservada”, dedicada a cada uma das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e das associadas identificadas por estas como promotoras de atividades no âmbito da mesma, é possível entrar no perfil individual, através do nome da entidade utilizadora e de uma palavra-passe, num espaço privado e adaptado aos compromissos das mesmas. Nesta área, cada entidade poderá efetuar, idealmente em momentos distintos, a planificação e o reporte das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação.

<sup>7</sup> Entendendo-se por ação, intervenções/iniciativas diversas em número singular.

<sup>8</sup> O documento *Notas Explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022* encontra-se disponível em: <https://ened-portugal.pt/pt/notas-explicativas>

Relativamente aos dados recolhidos importa salientar que se recolheram dados das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED<sup>9</sup> e de todas as outras doze ESPA, sendo a primeira vez que todas reportaram ações<sup>10</sup>, para a execução da ENED 2018-2022.

No caso da PPONGD e da ARIPESE, foram ainda tidas em conta as suas associadas. Neste âmbito, foram contactadas 35 ONGD, que atuam na área da ED registadas na PPONGD, Entidade Subscritora do Plano de Ação, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Por indicação do CICL, foi ainda contactada a AMI - Assistência Médica Internacional, a qual, apesar de não ser associada de uma ESPA e, portanto, não ter assumido compromissos relativos ao PA da ENED, implementa um projeto europeu, cofinanciado pela linha de ED do CICL, motivo pelo qual se considerou pertinente a recolha de dados junto desta instituição. Os seus dados foram considerados juntamente com os dados das ONGD.

Por indicação da PPONGD foram criados perfis para 35 ONGD, tendo sido possível recolher respostas de 20 organizações<sup>11</sup>, representando 57% das entidades contactadas<sup>12</sup>. No campo das ESE conseguimos estabelecer contacto com as 13 instituições associadas da ARIPESE, para as quais foi criado um perfil individual. Para o ano em análise, foi possível recolher

---

<sup>9</sup> O [CICL - Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.](#), o Ministério da Educação, através da [DGE - Direção-Geral da Educação](#), a [Plataforma Portuguesa das ONGD \(PPONGD\)](#) e a [ONGD CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral](#) (apesar de ser um dos elementos da CA e de ser uma ESPA, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

<sup>10</sup> [ACM – Alto Comissariado para as Migrações](#); [ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local](#); [APA - Agência Portuguesa do Ambiente](#); [APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural](#); [CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género](#); [CNJ - Conselho Nacional da Juventude](#); [Comissão Nacional da UNESCO](#); [CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente](#); [IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude](#); [PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres](#), [RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento](#). Foram incluídos ainda os dados da Comissão de Acompanhamento (apesar de ser uma Comissão constituída por 4 ESPA, os seus dados serão tratados enquanto uma entidade individual uma vez que a CA assume compromissos específicos no Plano de Ação).

<sup>11</sup> [ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos](#); [ADRA Portugal – Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência](#); [AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global](#); [AMI - Assistência Médica Internacional](#); [APF - Associação para o Planeamento da Família](#); [Cáritas Portuguesa](#); [CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral](#); [FEC - Fundação Fé e Cooperação](#); [FGS - Fundação Gonçalo da Silveira](#); [FCL - Fundação Cidade de Lisboa](#); [G.A.S. Porto - Grupo de Ação Social do Porto](#); [IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr](#); [MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE](#); [OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento](#); [PAR - Respostas Sociais](#); [Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano](#); [SOLSEF - Sol Sem Fronteiras](#); [URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano/UCCLA União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa](#); [VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano](#); [WACT - We Are Changing Together](#). Recordar-se que o CIDAC, apesar de ser membro da Comissão de Acompanhamento é considerado em termos de reporte de dados como ONGD.

<sup>12</sup> Três instituições (9%) informaram que não realizaram atividades de ED, dezassete (49%) deram uma resposta positiva, submetendo os seus dados para tratamento e quinze (43%) não responderam.

respostas de 9 instituições<sup>13</sup> (69% do universo contactado) que nos enviaram dados para tratamento e de 2 que informaram que não realizaram atividades de ED.

Das ESPA, e pela primeira vez no decorrer da atual ENED, as 16 ESPA reportaram dados para análise de ações vinculadas à ENED 2018-2022 e desenvolvidas em 2021.

No total, responderam aos contactos realizados no âmbito do processo de elaboração do relatório 47 das 63 entidades com perfis criados (as 4 entidades que compõem a CA, a própria CA que funciona como ator, como explicado anteriormente, outras 12 entidades subscritoras do PA da ENED 2018-2022, 20 ONGD e 11 ESE)<sup>14</sup>, o que representa um universo de 75% (menos 4% que em 2020) do total das entidades contactadas.

Apesar do conhecimento da existência de outras instituições que trabalham em ED, manteve-se a opção de contactar apenas as entidades que subscreveram o Protocolo de implementação do PA da ENED, com exceção feita à AMI conforme justificado anteriormente, de forma a aferir o cumprimento dos seus compromissos.

Importa salientar que o ano de 2021 continuou a ser um ano atípico devido à situação pandémica e aos consequentes condicionalismos provocados tanto pelo confinamento como pelo seu plano de desconfinamento. Apesar dos contratempos e de alguns ajustes necessários, foi possível alcançar o cumprimento global dos objetivos do Plano de Ação.

---

<sup>13</sup> [ESE - Escola Superior de Educação de Beja](#); [ESEB - Escola Superior de Educação de Bragança](#); [ESECB - Escola Superior de Educação de Castelo Branco](#); [ESECS - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria](#); [ESECS - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre](#); [ESE - Escola Superior de Educação de Santarém](#); [ESE - Escola Superior de Educação de Setúbal](#); [ESE - Escola Superior de Educação de Viana do Castelo](#); [ESEV – Escola Superior de Educação de Viseu](#).

<sup>14</sup> Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 1 “Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão”.

## 2 – Análise de dados gerais

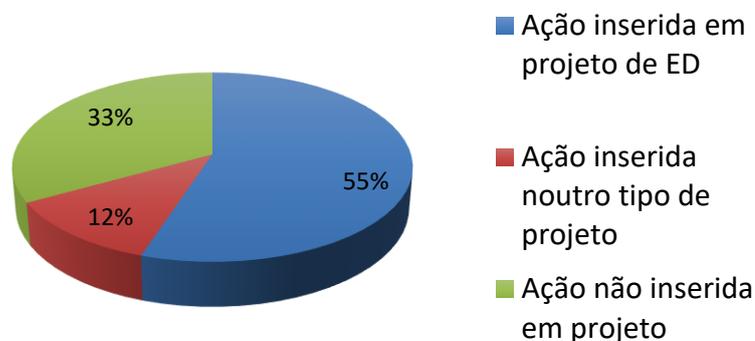
De uma análise dos dados globais e introdutórios, importa salientar, desde logo, a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições. É possível observar que, em relação a 2020, houve uma diminuição de 3 instituições que reportaram dados perfazendo em 2021 um total de 41 instituições que reportaram, das quais 17 são públicas (41%) e 24 são não públicas e sem fins lucrativos (59%).

### Tipologia da Instituição

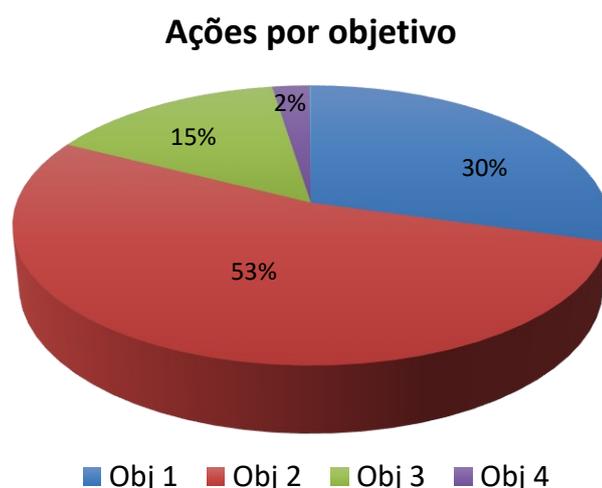


Relativamente à organização dos dados pelas três tipologias de ação - ações inseridas em projeto de ED, ações inseridas nouro tipo de projetos e ações não inseridas em qualquer tipo de projeto -, verifica-se que, num total de 1302 ações reportadas, 717 (55%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 154 (12%) referem-se a ações inseridas nouro tipo de projetos e 431 ações (33%) são ações não inseridas em qualquer projeto. Comparativamente ao ano anterior, verificaram-se alterações significativas, nomeadamente um aumento das ações inseridas em projetos de ED (de 48% para 55%) e um decréscimo das ações inseridas nouro tipo de projetos (de 17% para 12%) e nas ações não inseridas em qualquer projeto (de 35% para 33%).

### Tipo de Ações



Quanto ao enquadramento das ações reportadas no objetivo do Plano de Ação para o qual estas respondem de forma mais direta, constata-se que 383 (30%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 692 (53%) dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 195 (15%) correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; 31 ações (2%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado a “Consolidar a implementação da ENED” e 1 ação que respeita à Medida Transversal 2 “Realização de edições das Jornadas de ED”<sup>15</sup>.



No que concerne à quantidade de ações reportadas, manteve-se a opção tomada de alargar a recolha de dados a ações inicialmente não previstas, de modo a recolher o máximo de informações sobre as ações em ED em Portugal implementadas pelas ESPA e suas associadas. Foi ainda possível verificar que, em termos de número absolutos, foram realizadas mais 257 ações do que as previstas em PA, cujas metas globais estavam definidas em 1045 ações.

Importa ter em atenção que, numa análise comparativa dos dados de 2020 e 2021, não é possível o tratamento de valores absolutos uma vez que o número de compromissos assumidos é variável em cada um dos anos (775 ações previstas para 2020 e 1045 para 2021).

De seguida realizar-se-á uma comparação entre as ações previstas e as ações efetivamente realizadas, o que permitirá uma leitura da cobertura de cada ação e conseqüentemente de cada um dos quatro objetivos que a ENED 2018-2022 se propõe alcançar até 2022.

<sup>15</sup> Importa referir que estes números não devem ser comparados entre si, pois o número de ações estimadas em PA é variável conforme cada objetivo, a título de exemplo, ao passo que o objetivo 2 é o que mais metas têm a atingir, o objetivo 4 é o que tem menor número de ações estimadas. É de realçar também que as entidades intervenientes e participantes variam conforme os objetivos devido à sua especificidade, ou seja, diferentes tipos de organização têm diferentes responsabilidades e compromissos assumidos em cada objetivo.

A exemplo do ano transato, foram estabelecidos os Termos de Referência (TdR) que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em anexo<sup>16</sup>, constituindo as linhas mestras deste relatório.

Verificou-se, mais uma vez, que o processo de elaboração do relatório anual - desde a implementação do instrumento de recolha de dados, ao contacto com as instituições, recolha, tratamento e interpretação de dados e redação final - permite um processo de aprendizagens conjuntas e que têm influência nas decisões tomadas e a tomar relativas à planificação anual e à implementação do Plano de Ação 2018-2022.

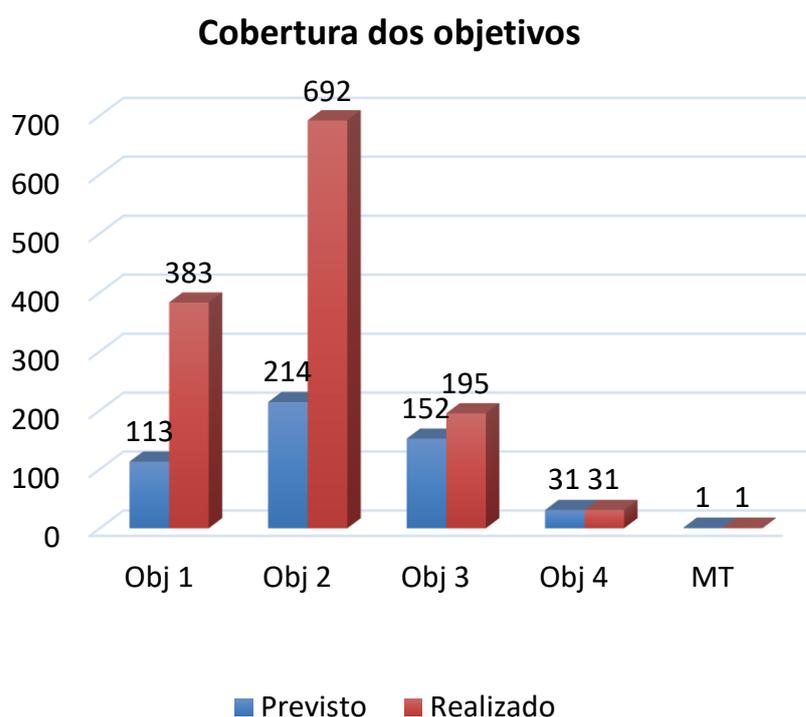
---

<sup>16</sup> Anexo 2 “Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED”.

### 3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações

#### ○ Cobertura global dos objetivos

Inicia-se a análise da implementação da atual ENED por uma leitura dos dados globais, ao nível dos objetivos.



A observação do gráfico permite-nos perceber que:

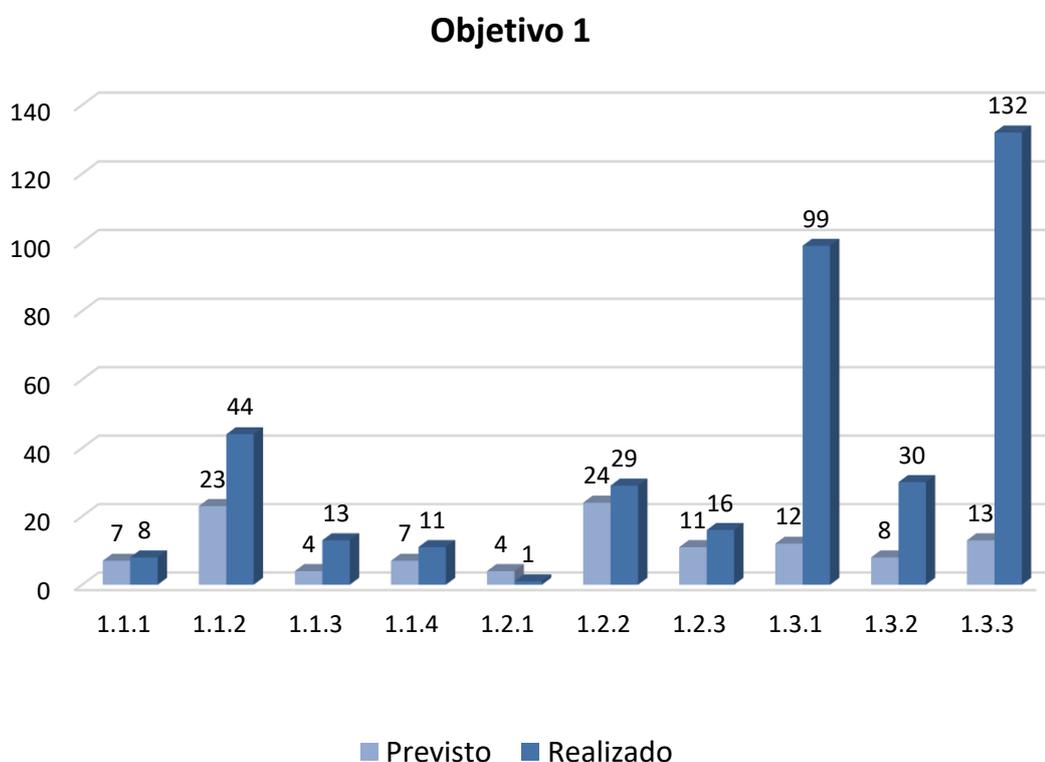
- os objetivos apresentam um nível de cobertura igual ou superior aos compromissos estabelecidos;
- os objetivos são bastante díspares no número de compromissos que pressupõem à partida, não permitindo qualquer tipo de comparação absoluta entre si;
- o objetivo 1, apesar de manter uma discrepância positiva entre as ações planeadas e as realizadas (mais 270 ações do que o previsto), não foi, à semelhança do ano antecedente, o objetivo com uma maior discrepância (em 2019 apresentava uma discrepância positiva de 304 ações);

- o objetivo 2 é aquele em que se verificam os maiores valores superiores ao previsto (478 ações), o que pode ser explicável pela natureza das medidas e ações que o compõem e com o número de atores que intervêm no seu cumprimento e implementação;
- o objetivo 3 regista 43 ações autopropostas em 2021 (menos 3 ações comparativamente ao ano 2020);
- o objetivo 4 apresenta um número de ações iguais entre as realizadas e as previstas em PA.

Em seguida, apresenta-se uma análise pormenorizada de cada objetivo, respetivas medidas e ações, de forma a aferir o cumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Ação da ENED.

## ○ Objetivo 1

### **Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento**



Como referido anteriormente, o objetivo 1 recolhe 383 (30%) das ações reportadas. Da leitura do gráfico anterior, pode observar-se um défice nos níveis de cobertura apenas numa das ações previstas.

No âmbito da medida 1.1, relativa à “Formação de agentes educativos”, é possível identificar que:

- pela primeira vez, na vigência desta ENED, se executaram e ultrapassaram as ações previstas relacionadas com a formação inicial e contínua de docentes (1.1.1 e 1.1.2) e de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer sector de atividade (1.1.3 e 1.1.4);

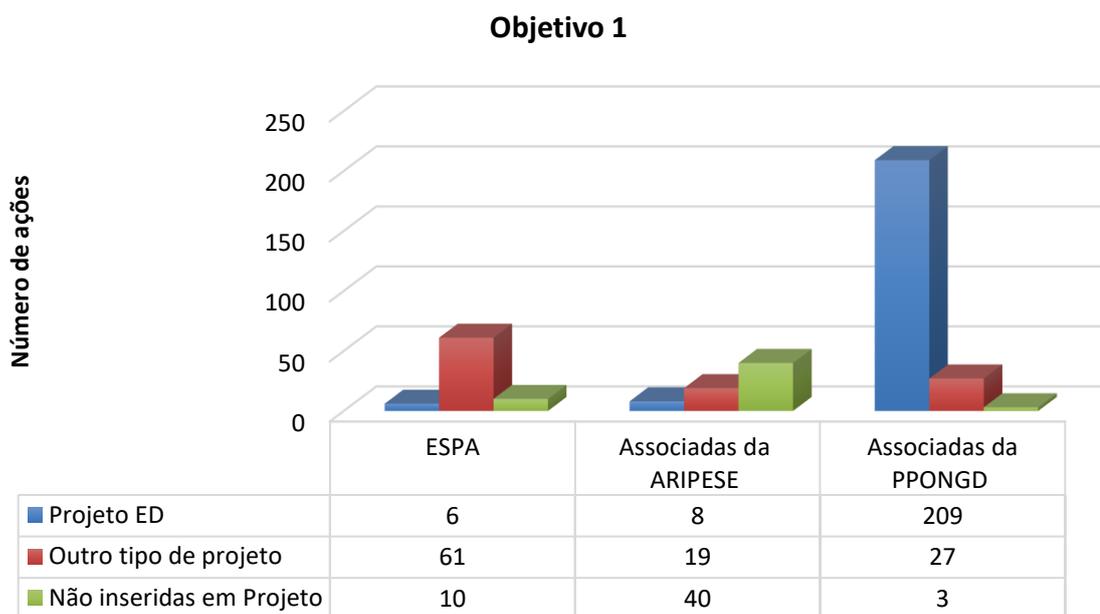
- de realçar as ações reportadas para a ação 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, que excederam em muito (em 21 ações) o previsto, mantendo a tendência do último ano.

Relativamente à medida 1.2, dedicada à “Capacitação de organizações”, regista-se um défice no cumprimento das metas assumidas na ação 1.2.1, que consagra a capacitação das ESPA. A tipologia de ações 1.2.2, dirigida a ações de capacitação de entidades associadas/

parceiras/ membros das ESPA, e 1.2.3, dedicada à “realização de ações de capacitação de outras entidades”, apresentam um número de ações superior ao previsto, o que contraria a tendência dos últimos anos.

No contexto da medida 1.3, que prevê a “Produção de conteúdos e recursos”, mantém-se a tendência de ultrapassar, num número extremamente significativo, a cobertura comparativamente, ao previsto em todas as suas medidas. No que respeita à ação “produção de recursos educativos e conteúdos sobre ED” (1.3.1), os valores são superados em 87 ações, as ações dedicadas à produção de conteúdos científicos sobre ED (1.3.2), são superadas em 22 ações, e relativamente à “disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida”, superam-se em 119 ações.

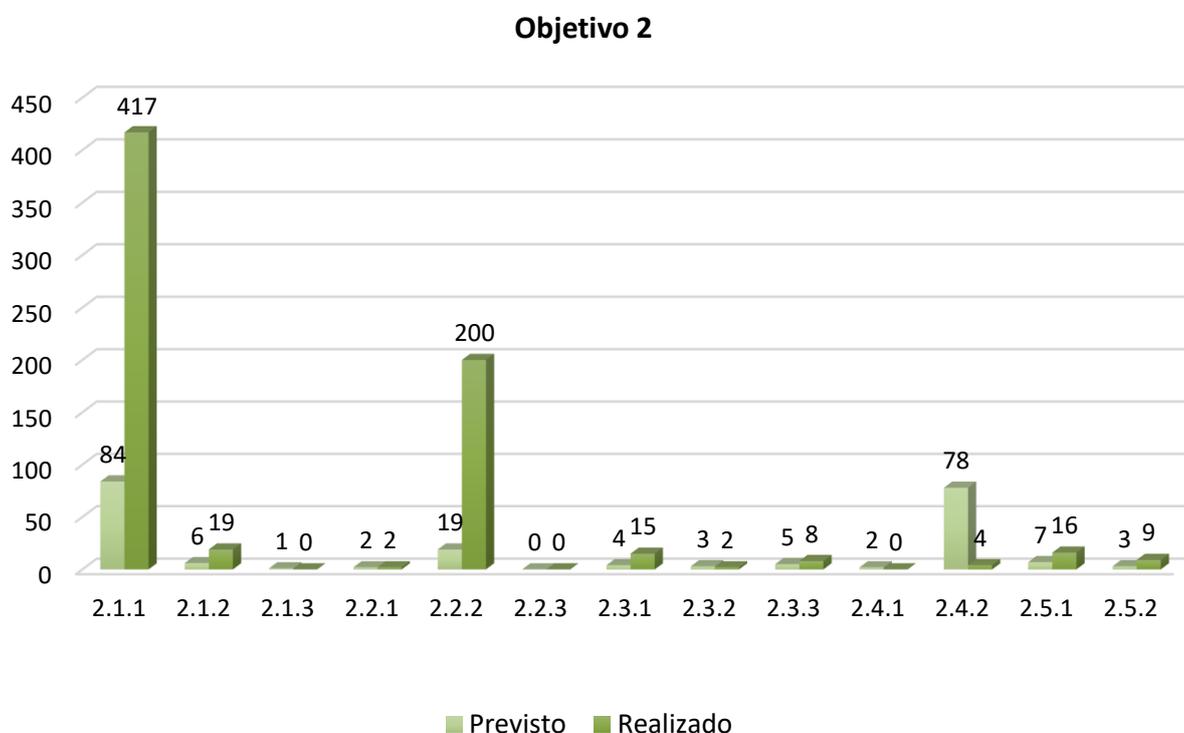
O pedido de caracterização dos dados recolhidos, quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto – ação inserida em projeto ED, ação inserida noutro tipo de projeto ou ação não inserida em projeto, – permite observar como se relaciona o número de reportes preenchidos com os principais atores da sua implementação.



Estes dados permitem perceber, para o objetivo 1, a continuidade da existência de projetos de ED nas três tipologias de atores envolvidos – ESPA, ESE e ONGD. Por outro lado, é de salientar o aumento do número de ações inseridas em outro tipo de projeto, nos diferentes atores envolvidos, e da preponderância das ações não inseridas em projeto implementadas pelas associadas da ARIPESE. Estes dados permitem ainda evidenciar a manutenção do papel relevante das ONGD na implementação de projetos de ED nesta área.

o Objetivo 2

***Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED***



Para o objetivo 2, foram reportadas 692 (52%) ações dedicadas a “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”, obtendo-se, desta forma, um saldo extremamente positivo face ao previsto (214). Uma observação mais detalhada revela informações relevantes, algumas na mesma linha do relatório anterior, mas outras em sentido inverso, que se explanam de seguida.

Relativamente à medida 2.1, “Reforço da integração da ED no sistema educativo”, há a assinalar os valores da ação 2.1.1, “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação” que, à semelhança do ano de 2019, ultrapassaram de uma forma muito significativa - em 333 - os valores previstos. Estes dados excedentários devem-se ao facto de várias associadas das organizações de cúpula, especificamente da ARIPESE e PPONGD, superarem largamente os compromissos previstos. A ação 2.1.2, “realização de sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos”, revelou um valor excedentário, à semelhança dos anos anteriores, verificando-se mais 13 sessões do que as previstas no Plano de Ação. A ação 2.1.3, “elaboração e divulgação de um levantamento de unidades curriculares que integram

abordagens de Educação para o Desenvolvimento no ensino superior”, foi iniciada estando previsto o seu término em 2022.

As ações relativas à medida 2.2, de “Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal”, dedicadas à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2) apresentam, resultados iguais ou superiores ao previsto, à semelhança dos anos anteriores, sobretudo nesta última tipologia de ação (superada em 181 ações). A ação 2.2.3 “elaboração de um levantamento de práticas significativas e respetiva partilha”, prevista para 2020 não foi executada estando previsto o seu arranque para 2022.

A medida 2.3 refere-se a ações de “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas” com titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais (ação 2.3.1), com “membros nacionais dos órgãos políticos europeus” (ação 2.3.2) ou com “entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas” (2.3.3). Os valores desta medida apresentam ligeiras discrepâncias face ao previsto, em sentido contrário às do ano anterior – as ações 2.3.1 e 2.3.3 salientam-se por excesso e a ação 2.3.2 por defeito.

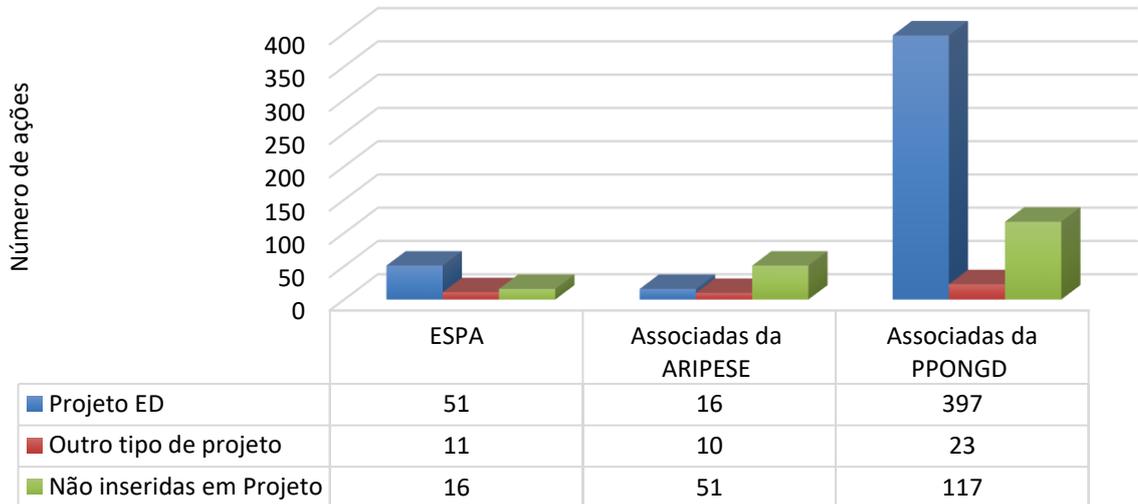
Relativamente à medida 2.4, que pressupõe o “Envolvimento dos meios de comunicação social”, importa salientar a sua implementação deficitária, com particular relevo para a medida 2.4.2, “publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais”, com uma discrepância de 74 ações, o que a torna a ação menos coberta. É de realçar que, aquando do início do processo de reporte de ação de 2019, foi necessário o esclarecimento, junto dos vários atores participantes, de que esta ação apenas se relaciona com o envolvimento dos meios de comunicação social convencionais enquanto setor de atividade, ou seja, entidades que envolvam de forma direta profissionais da área da comunicação, através de qualquer um dos seus meios de comunicação (mais tradicionais como a imprensa escrita, rádio, televisão, por exemplo, ou através das suas redes sociais). Este poderá ser um indicador da perceção errada dos atores que participaram na previsão do número de ações desta tipologia.

No que concerne à medida 2.5, dedicada à “Participação internacional”, foram reportadas, com valores excedentários, ambas as ações: a ação 2.5.1, que respeita à “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal” apresentou mais 9 ações e a ação 2.5.2, que diz respeito à “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais”, foi ultrapassada em mais 6 ações.

Quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto, podemos verificar que, relativamente ao objetivo 2, mantém-se a predominância das ONGD na implementação de projetos de ED sendo, no entanto, de salientar, o aumento significativo da presença de ações

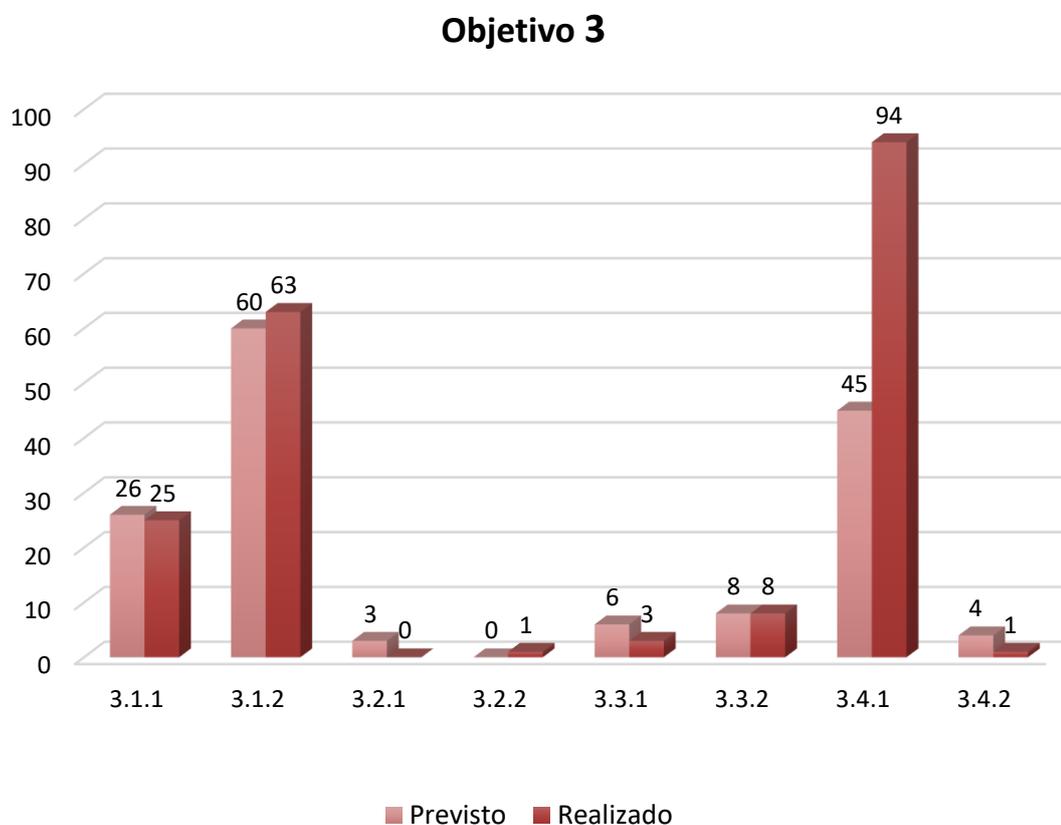
inseridas em projetos de ED da responsabilidade das ESPA. Ao nível da ARIPESE assistiu-se a um retrocesso nos valores reportados para este objetivo.

### Objetivo 2



o Objetivo 3

***Afirmar a importância e promover a transversalização da ED***



No âmbito do objetivo 3, “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas 195 (15%) ações. Constatou-se um valor excedentário no cumprimento de 3 tipologias de ações, um valor deficitário em 4 e o cumprimento do compromisso estabelecido numa tipologia de ação (3.3.2., dedicada à elaboração de documento sobre a participação de Portugal em âmbitos internacionais).

Relativamente à medida 3.1, que prevê o “Reconhecimento formal da ED” em “documentos estratégicos e operacionais por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local” (3.1.1), verifica-se o quase cumprimento do valor previsto. Por outro lado, no que respeita ao reconhecimento na mesma tipologia de documentos “por parte de entidades públicas e da sociedade civil” (3.1.2) mantém-se a tendência de ultrapassar os valores previstos, este ano em 3 ações. Os órgãos do poder local que reconhecem formalmente a ED nos seus documentos estratégicos e operacionais (3.1.1) referem-se aos 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o

Desenvolvimento (RICD) que subscreveram o Plano de Ação das ENED 2018-2020<sup>17</sup> mais três que não pertencem a esta rede. Relativamente aos dados inseridos na ação 3.1.2, identificam-se as entidades subscritoras da ENED, que reconhecem formalmente a ED através da subscrição do Plano de Ação da ENED, as ONGD associadas da PPNGD e outras entidades que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e/ou pela Comissão Europeia.

A medida 3.2, dedicada à “Articulação nacional na tomada de decisões”, apenas apresenta uma ação, na tipologia 2, “inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, designadamente no quadro da Agenda 2030”.

A medida 3.3, dedicada à “Articulação internacional na tomada de decisões”, registou, na tipologia 1, a execução de 3 das 6 reuniões previstas, no âmbito do GENE e da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Iniciativa de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável). Relativamente à tipologia de ação 2, elaboração de documentos relacionados com as reuniões da ação anterior, cumpriu-se na totalidade.

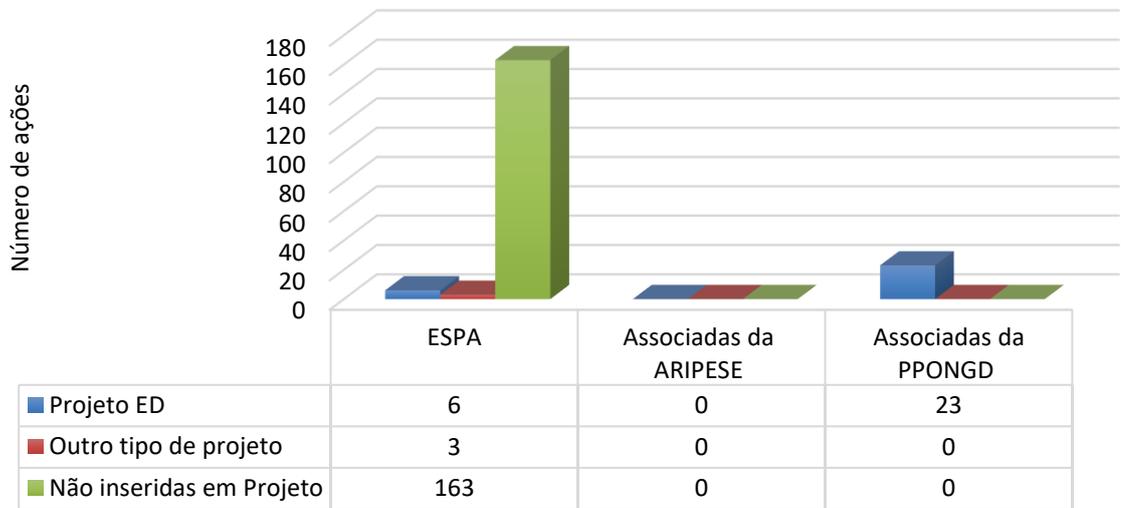
Relativamente às ações decorridas no âmbito da medida 3.4, de “Mobilização de recursos adequados à intervenção”, importa salientar que se verificam mais 49 ações de mobilização de recursos afetos expressamente a ED (3.4.1) e menos 3 ações de mobilização pelas ESPA de outros recursos para ED (3.4.2). De destacar ainda um aumento crescente na mobilização pelas ESPA e respetivas associadas de recursos afetos expressamente à ED (94 ações em 2021, 87 ações em 2020, 63 ações em 2019 e 49 em 2018). Uma das explicações para este crescimento pode estar relacionada com o aumento do número de entidades e respetivas associadas que reportaram ações e, portanto, consideradas com recursos afetos expressamente à ED.

Quanto à sua integração ou não em projetos e em que tipo de projeto, podemos verificar que no âmbito do objetivo 3 há a salientar a manutenção da predominância das ESPA enquanto responsáveis pela implementação de ações, o que é expectável dada a natureza das ações que o compõem, apesar de maioritariamente não inseridas em projeto. Importa valorizar, no entanto, o papel das associadas da PPONGD, com uma contribuição já significativa, sobretudo com ações inseridas em projeto de ED.

---

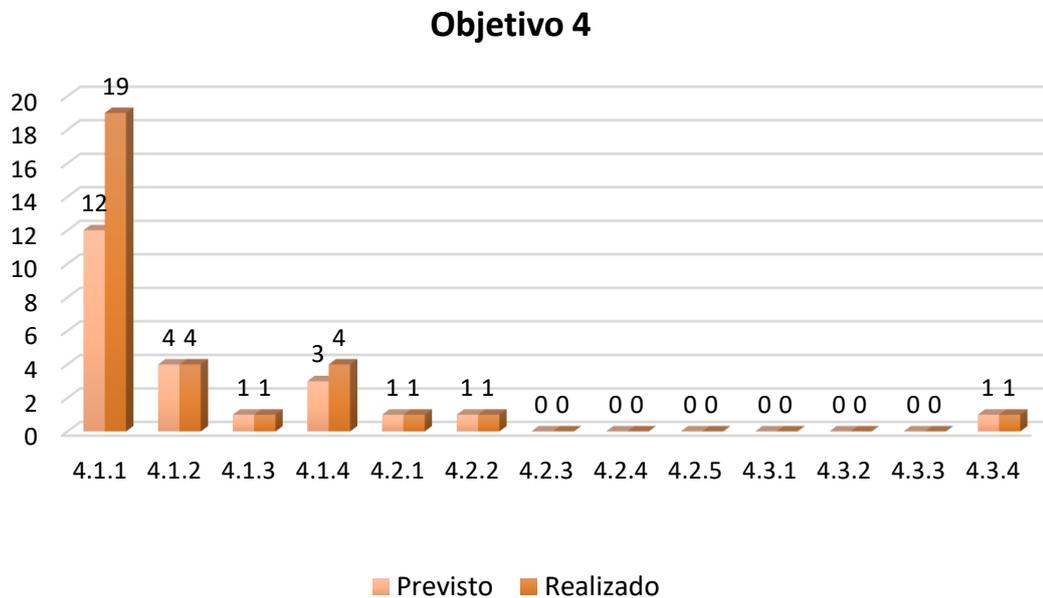
<sup>17</sup> Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

**Objetivo 3**



○ Objetivo 4

**Consolidar a implementação da ENED**

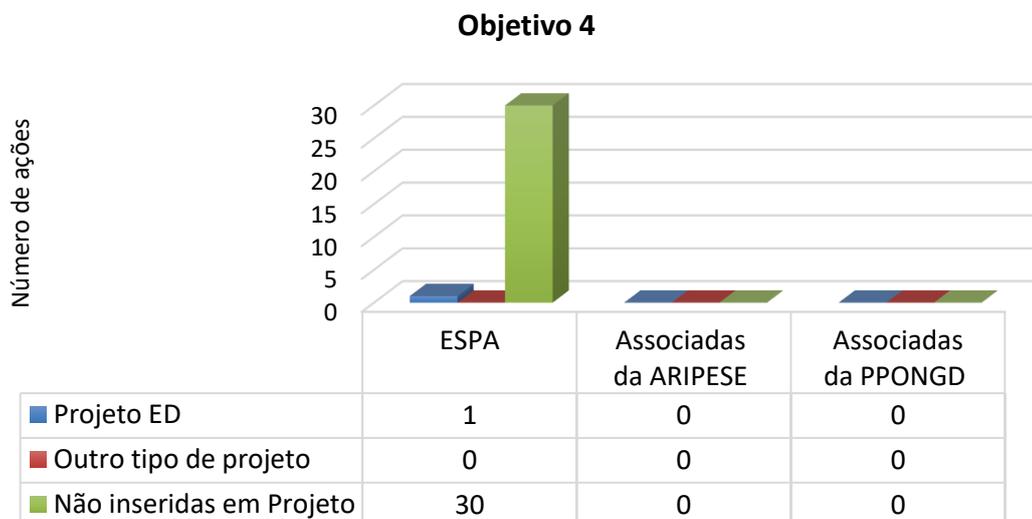


O objetivo 4 está direcionado para a “Consolidação da implementação da ENED” e apresentou um reporte de 31 (2%) ações, mantendo-se, dada a sua natureza, o objetivo que menos ações tinha previstas.

No âmbito da medida 4.1, que prevê o “Modelo institucional” de funcionamento, a cobertura está dentro do previsto (4.1.2 e 4.1.3) ou excedentária, nomeadamente na ação 4.1.1, “realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)”, que ultrapassou o previsto em 7 ações, e na ação 4.1.4, “apresentação de informação relevante sobre a ENED” em diversos *fora*.

A medida 4.2 prevê o estabelecimento de um “Sistema de acompanhamento” da ENED, tendo-se registado que foram implementadas todas as ações previstas. A sua ação 1, “elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED”, é cumprida com a elaboração do presente relatório; foi criado e esteve em funcionamento interno, ou seja, acessível a ESPA e suas associadas, a plataforma de recolha e partilha de informações sobre a implementação da ENED - <http://www.ened-portugal.pt> (ação 2).

Relativamente à medida 4.3, de promoção de uma “Cultura de avaliação na ENED”, foi cumprida a ação prevista relacionada com a “criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de ED” o qual, apesar de terem sido dados os primeiros passos, ficou por concretizar o seu funcionamento.



O objetivo 4, focado na criação e implementação de mecanismos e dispositivos que garantam o funcionamento da ENED, por parte da CA e outras ESPA, é um objetivo de natureza mais operacional, não obedecendo a uma lógica de ações inseridas em projeto.

#### ○ Medidas Transversais

Relativamente às Medidas Transversais (MT), realizou-se em 2021, tal como previsto, uma edição das Jornadas de ED (MT2). As Jornadas de ED subordinadas ao tema “A digitalização: olhares a partir da Educação para o Desenvolvimento”, foram organizadas em duas sessões:

- a primeira sessão, denominada “A componente digital na Educação para o Desenvolvimento (ED) e no Desenvolvimento”, decorreu no dia 20 de novembro de 2021, através de uma sessão síncrona *online* de três horas, e congregou 191 participantes em representação de entidades do Estado e da Sociedade Civil, incluindo a maior parte das Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e vários outros atores de ED em Portugal.
- a segunda sessão, denominada “A componente digital nas diferentes ‘Educação para ...’”, decorreu no dia 24 de novembro de 2021, através de uma sessão presencial e congregou 23 participantes em representação das ESPA da ENED 2018-2022 e do

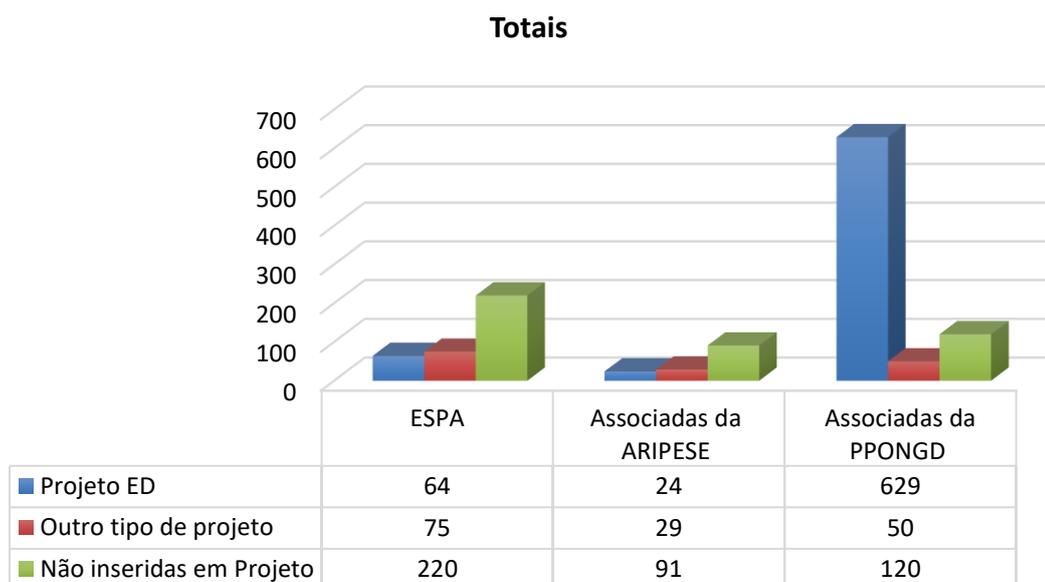
Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (GT EDCG) da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Esta ação, divulgada nos meios de comunicação digital, foi organizada de forma colaborativa entre várias ESPA ou associadas das mesmas.

No que respeita ao Fórum de ED (MT1), a sua realização está prevista para o ano de 2022, não havendo, por isso, dados a reportar.

### ○ Análise por projeto

Uma vez que este documento estratégico está elaborado em termos de “ações”, poderia correr-se o risco de se perder informação relativa à existência de projetos de ED. Não relegando para segundo plano a existência de ações de natureza mais pontual, considera-se fundamental ter uma ideia global do número de ações reportadas no âmbito de projetos de ED, como se pode ver no gráfico seguinte.

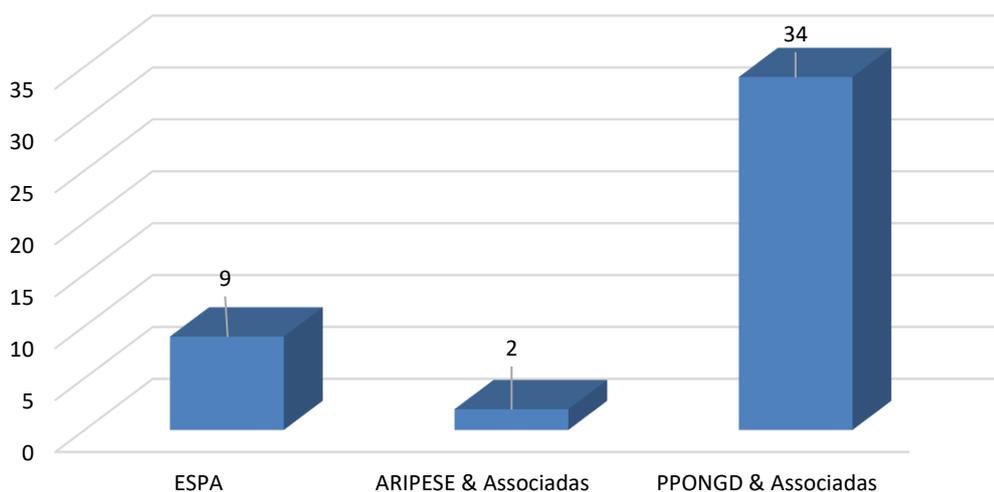


A importância atribuída à existência de projetos organizados advém da assunção de vários fatores: de que estes conferem às atividades realizadas um tipo de enquadramento mais intencional e uma integração numa visão estruturada por parte dos atores implicados na sua implementação; são intervenções mais prolongadas no tempo, permitindo um maior nível de aprofundamento das temáticas, uma maior concertação das atividades e um envolvimento maior, quer dos parceiros, quer dos e das participantes; a existência de dispositivos de apoio financeiro à ED, dimensão contemplada pela ENED; e, por tudo isto,

têm, potencialmente, um impacto diferente, seja em todos os atores envolvidos, seja no seu objetivo último de contribuir para a transformação social.

Considerou-se, assim, fundamental identificar quantos e que projetos enquadram as ações reportadas enquanto tal<sup>18</sup>.

### Projetos de ED



Após uma análise detalhada dos dados, foi possível identificar a existência de 34 projetos de ED implementados pela Plataforma das ONGD e suas associadas, 2 pelas associadas da ARIPESE e 9 pelas restantes ESPA.

Mantém-se a necessidade, identificada aquando da elaboração dos relatórios anteriores, de incluir nas futuras sessões de capacitação sobre a ENED a discussão conjunta com vista a uma melhor definição do que é considerado, neste enquadramento, por projeto de ED.

---

<sup>18</sup> Para mais informações sobre os projetos de ED reportados, consultar Anexo 4 “Apresentação dos projetos de ED reportados”.

## 4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão

Neste apartado, e a exemplo dos relatórios anteriores, proceder-se-á à análise dos dados de cada objetivo, aferindo os **indicadores gerais** que se encontram no Plano de Ação e os **indicadores específicos** para cada medida ou ação apresentados no documento “Notas Explicativas” que acompanha a ENED 2018-2022 bem como o seu Plano de Ação e que respondem às dimensões identificadas anteriormente – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Segundo o documento supracitado, o objetivo desta análise é “qualificar e contextualizar a concretização de cada medida, no sentido de se obter informação que permita tirar conclusões do contributo das ações realizadas para a transformação da sociedade (...)” (Notas explicativas, p. 1).

Optou-se por levar a cabo uma análise por objetivo, já que os indicadores gerais e específicos não são idênticos para todos os objetivos e que a tipologia de ações em cada um dos objetivos é muito diversa. Desta forma fica mais clara a caracterização das ações decorrentes no âmbito de cada um.

### o Objetivo 1

Como pudemos verificar anteriormente, no objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED” foi reportado um total de 383 ações.

Recorda-se que este objetivo é composto por 3 medidas:

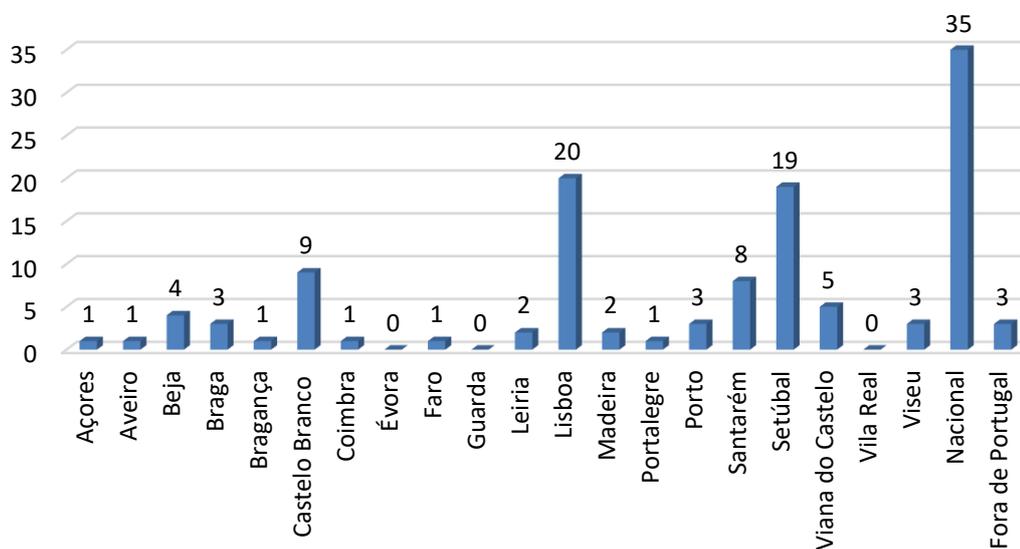
- **Medida 1.1** – Formação de agentes educativos
- **Medida 1.2** – Capacitação de organizações
- **Medida 1.3** – Produção de conteúdos e recursos

No gráfico seguinte pode verificar-se a **distribuição geográfica** de 122 das 383 ações reportadas<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Dados recolhidos em todas as ações da medida 1.1 e 1.2.

### Área geográfica das ações

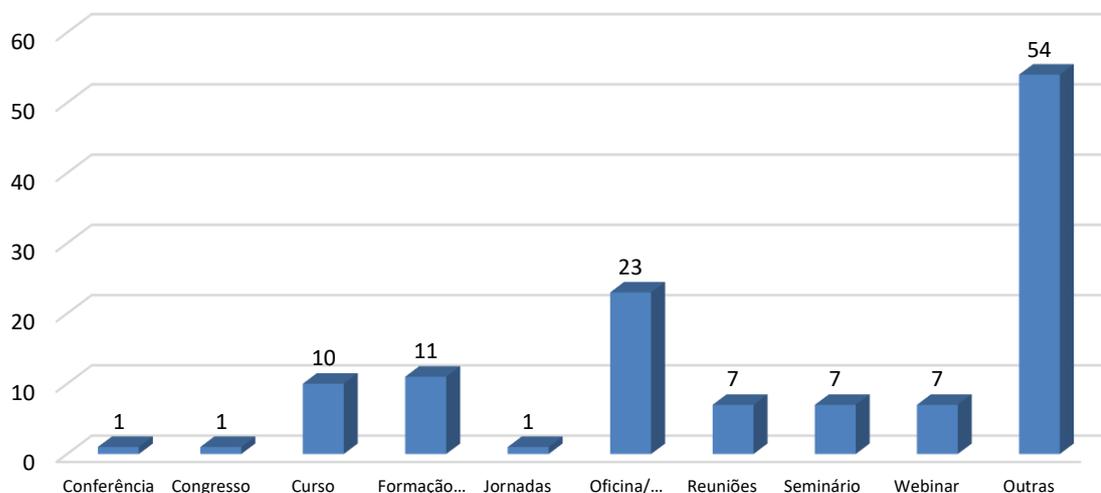


Lisboa mantém-se como o distrito com maior número de ações desenvolvidas, seguido de Setúbal com valores muito próximos. A alguma distância, apresentam-se Castelo Branco, Santarém e Viana do Castelo (com 5 ou mais reportes). De salientar a diminuição dos valores, tradicionalmente mais expressivos, do distrito do Porto. De salientar o novo aumento de reporte de ações de caráter nacional (de 9 para 21, em 2019, e, este ano, para 32) e o surgimento da categoria “fora de Portugal”. Considera-se que a realização de ações *online*, devido à situação pandémica, possa ajudar a explicar estas situações. A Região Autónoma dos Açores e os distritos de Aveiro, Bragança, Coimbra, Faro e Portalegre contribuem com uma ação cada um para este objetivo. Guarda mantém-se sem ações reportadas para este objetivo, ao qual se juntam os distritos de Évora e Vila Real.

Relativamente à **tipologia** das ações desenvolvidas,<sup>20</sup> é de realçar a preponderância do formato oficina/workshop. A informação que mais se salienta é o número de menções à categoria “outras”, a saber: “sessões *online* síncronas” e “estágios de estudantes, futuros/as professores/as” e “projeto de investigação ação”.

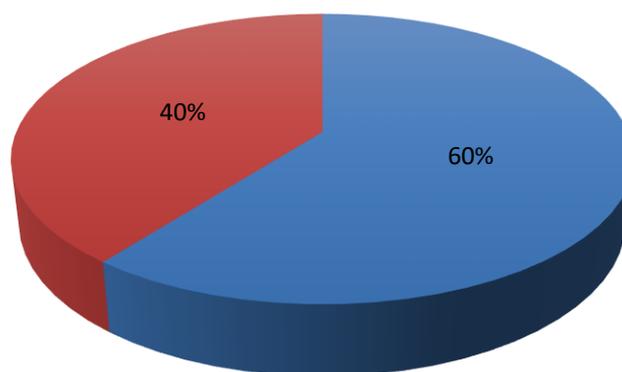
<sup>20</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.2.3.

### Tipologia das ações



No que se refere especificamente à ação 1.1.2 “realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED”, foram reportadas um total de 43 ações (valor que tem vindo a diminuir ao longo dos anos - em 2019 tinham sido reportadas 71 e em 2020 50), das quais 17 (40%) são ações acreditadas por entidades competentes para o efeito e 26 (60%) são ações não acreditadas.

### Ações acreditadas

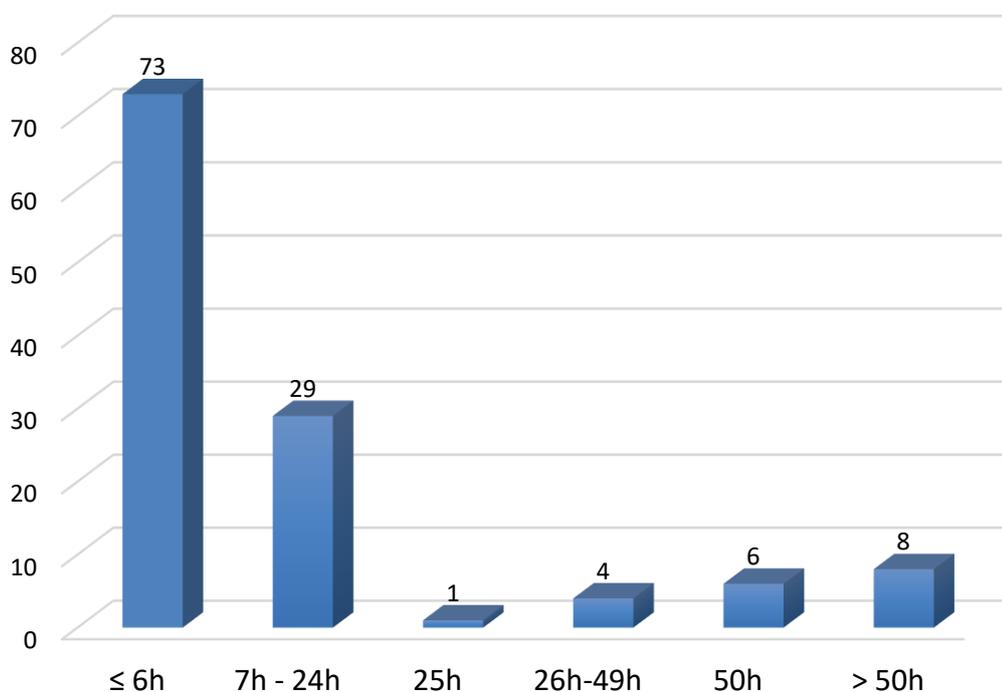


■ Não ■ Sim

Em relação ao número de ações certificadas<sup>21</sup>, indicador específico das ações 1.1.3 e 1.1.4, formação inicial e contínua de educadores/as e formadores/as de qualquer setor de atividade, verificou-se que 8 ações conferiram certificado, 15 não conferiram e não foram reportados dados de 1 ação.

Estas ações desenvolvidas no objetivo 1 tiveram uma **duração** variável. Dos 121 reportes<sup>22</sup> que apresentaram dados para este indicador específico, o número maior de ações (73) teve uma duração igual ou menor a 6 horas (como verificado já nos dois anos anteriores); 29 ações tiveram uma duração compreendida entre 7 a 24 horas; 1 ação foi de 25h; 4, entre 26h e 49h; 6 tiveram uma duração de 50 horas e 8 mais de 50 horas.

### Duração das ações



<sup>21</sup> De acordo com o glossário que acompanha a ENED, “aquelas que respeitam um conjunto de requisitos e deveres que definem a qualidade da prestação do serviço de formação da entidade formadora, de acordo com a Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, que regula o sistema de certificação inserida na política de qualidade dos serviços das entidades formadoras, gerido pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e o regime supletivo de certificação regulada por legislação setorial, gerido por diversas entidades setoriais.”

<sup>22</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

Em relação à medida 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, do total de 44 ações reportadas, 31 ações foram de curta duração. Foram ainda reportadas 3 ações entre 7 e 24h, 3 ações entre 26 e 49 horas, 3 ações de 50 horas e 4 com mais de 50 horas.

Quanto ao envolvimento das ESPA e suas associadas na organização das ações respeitantes à formação inicial e contínua de docentes, educadores/as e formadores/as, às ações de capacitação e à produção de recursos e conteúdos sobre ED,<sup>23</sup> é possível aferir o envolvimento de 31, distribuídas pelos seguintes **setores de atividade**:

### Setor de atividades das entidades organizadoras



Importa salientar que era objetivo que as entidades fizessem a sua própria identificação face aos setores de atividade, com base na categorização elaborada pelas autoras, de acordo com a utilizada nos documentos produzidos no âmbito da anterior ENED (2010-2016). No entanto, durante o processo de atualização da ferramenta de reporte, nem todas as entidades conseguiram realizar essa identificação, pelo que os dados que aqui se apresentam têm uma responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades outros das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade, razão pela qual o número total de contributos não corresponde ao número total de entidades que reportaram nestas ações.

<sup>23</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3; 1.3.1.

Da análise do gráfico importa salientar, à semelhança dos dados anteriores, a grande predominância de organizações ligadas ao mundo do Desenvolvimento e da Educação, ainda que, como já vinha a ser tendência nos anos anteriores, com uma preponderância da área da Educação.

Em relação à ação 1.2.1, “realização de ações de capacitação das ESPA”, foi reportada 1 ação, na qual participaram 12 ESPA. Na ação 1.2.2, “realização de ações de capacitação de entidades associadas/parceiras/membros das ESPA”, foram comunicadas 29 ações e na ação 1.2.3, de capacitação de outras entidades, foram identificadas 16 ações.

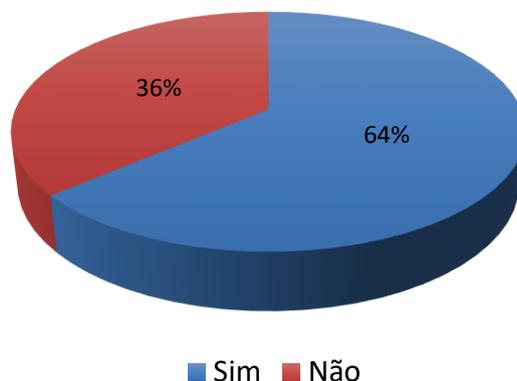
Importa, de seguida, aprofundar a medida 1.3, sobre a “Produção de conteúdos e recursos”, uma vez que para as ações que a constituem foram solicitados indicadores específicos. No âmbito da ação 1.3.1 desta medida, mantém-se algum equilíbrio entre os vários **tipos de produção**, uma vez que 56% se referem a (55) conteúdos e 44% a (44) recursos educativos, ambos sobre ED. De salientar, no entanto, a inversão do peso da produção de uns e de outros.



Relativamente à “produção de conteúdos científicos sobre ED” (ação 1.3.2), os artigos e livros científicos (19) mantêm-se como o **tipo de conteúdo** mais produzido, seguindo-se as teses doutoramento e dissertações de mestrado defendidas (4). Contabilizam-se ainda 5 outros conteúdos científicos - um estudo; um editorial; uma publicação em conferência; uma comunicação e um número especial de uma revista.

De referir que 64% (14) destes conteúdos científicos foram produzidos em **coautoria**. Dos dados recolhidos, é possível ir mais além e identificar que, destes, 11 foram produzidos entre académicos e 3 entre académicos e não académicos.

### Coautoria na produção



Foi ainda questionado qual o número de conteúdos publicados com **revisão por pares**, sendo que foram identificados 12 livros e artigos científicos com esta prática.

Continuando no âmbito da medida 1.3, a ação 1.3.3 foca a “disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida”. Através dela, verificamos que foram disponibilizados e disseminados 98 recursos educativos e conteúdos (em 2019 tinham sido indicados 24 e em 2020, 152); 12 artigos e livros científicos; 4 dissertações de mestrado/doutoramento; e 5 outros conteúdos científicos já anteriormente discriminados.

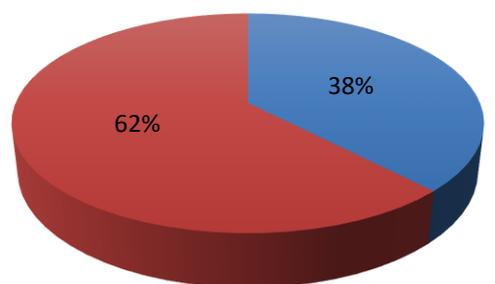
Relativamente ao meio de **disseminação** dos conteúdos e recursos foi possível recolher dados quantitativos relevantes: 102 foram divulgados através de canais de comunicação social convencional (nomeadamente a imprensa escrita) e 3574 por canais da comunicação social digital. Foram identificados o *Facebook*, com 1133; o *Twitter*, com 747; os *Websites*, com 63; o *Instagram*, com 60; o *blogue*, com 5; e *outros*, sem indicação específica de que meio tenha sido, com 1566 (no ano anterior tinha sido referido o contacto através de *email*).

Uma das dimensões transversais de análise é a da **participação**<sup>24</sup>. Nos dados relativos às medidas 1.1 e 1.2, foi possível apurar a participação de 3310 pessoas.

Os dados permitiram identificar o **sexo** de 2478 participantes, de acordo com o gráfico abaixo, com uma clara predominância de elementos do sexo feminino (1541).

<sup>24</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

### Sexo dos e das participantes



■ Sexo Masculino ■ Sexo Feminino

Relativamente aos indicadores específicos que visam recolher informações sobre o número de participantes **por instituição de origem e por proveniência geográfica**, foi possível recolher informações sobre 1014 pessoas, que se distribuem geograficamente tal como se pode ver no gráfico seguinte.



Importa salientar três aspetos: o número extremamente relevante de dados reportados no distrito de Lisboa (algo não visível no ano anterior) e com caráter *Nacional*, o que se julga estar relacionado com a questão da participação em ações dinamizadas em formato *online*; a predominância de Viana do Castelo; a existência de vários distritos sem referências (Bragança, Évora, Guarda, Portalegre e Vila Real).

O reporte de dados de 29 ações (num universo de 122) permitiu analisar a proveniência **institucional destes participantes**. São eles, por ordem de representatividade – estabelecimentos de ensino (282) do ensino básico e secundário, ensino superior (170), organizações da sociedade civil (49), poder regional e local (30) e outras entidades públicas (11). De salientar, face ao relatório de 2020, o crescimento de reportes relacionados com o ensino superior e do poder regional e local.



## ○ Objetivo 2

Como exposto anteriormente, o objetivo 2- “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED” -, mantém-se o objetivo com um maior número de ações reportadas: 692 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

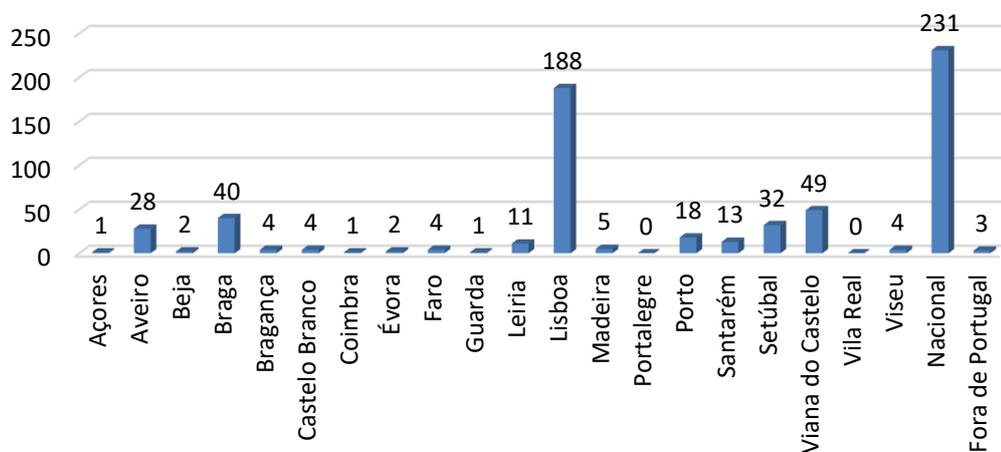
- **Medida 2.1** - Reforço da integração da ED no sistema educativo
- **Medida 2.2** - Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal
- **Medida 2.3** - Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas
- **Medida 2.4** - Envolvimento dos meios de comunicação social
- **Medida 2.5** - Participação internacional

A grande diversidade de medidas e de ações envolvidas neste objetivo origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos que serão abordados nesta secção.

Relativamente à **dimensão territorial** das ações reportadas neste objetivo, pode verificar-se, no gráfico seguinte, a distribuição geográfica das ações para as quais é pedida esta indicação<sup>25</sup>. Importa salientar a grande expressividade das ações reportadas, no ano 2021, referentes à categoria *Nacional*, dado que, como referido anteriormente, associamos a uma maior realização de atividades em formato *online* devido à situação pandémica e às aprendizagens e hábitos decorrentes da mesma. Em sentido contrário ao ano anterior, volta-se a uma preponderância do distrito de Lisboa, a grande distância dos dois distritos que se seguem, Viana do Castelo e Braga, com um número de ações aproximado. Setúbal, Aveiro, Porto, Santarém e Leiria, mantêm-se acima das 10 ações reportadas. Por fim, um olhar especial para os distritos para os quais não foram reportadas ações – Portalegre e Vila Real (estes distritos já não estavam representados em 2020).

De referir que não foi possível recolher dados relativos ao âmbito territorial de 1 ação.

### Âmbito territorial das ações



<sup>25</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.3; 2.4.1.

No que concerne à **tipologia das ações**<sup>26</sup>, em 227 ações foi possível verificar a seguinte distribuição:



Mantém-se a predominância das “campanhas” e “oficina/workshop”, mas surge um elemento novo, com grande expressão numérica, explicável pelas aprendizagens e hábitos adquiridos perante a situação pandémica – os “webinars”. Seguem-se as categorias “iniciativa de diálogo” e “reuniões”. Na categoria “outra” foram nomeados “academia”, “ação de plantação”, “circo contemporâneo”, “escola de verão em formato residencial”, “programa de voluntariado” e “experimentação de recursos”.

A **dimensão da participação** é outro indicador transversal, pedindo-se que seja reportado sempre que possível. Assim, e relativamente ao objetivo 2, foi possível quantificar 1.029.643 participantes<sup>27</sup>, sendo, no entanto, 957.929 reportados pela mesma entidade, no âmbito do projeto Eco-escolas, e 24.500 reportados como participações em *webinars*. A distribuição geográfica<sup>28</sup>, que nos foi possível recolher através dos dados reportados, é marcada pelas categorias *Nacional* (os participantes do projeto Eco-escolas) ou *Fora de Portugal* (os que decorreram online). Dos restantes valores, apontam-se apenas algumas tendências verificadas: há uma grande expressão em Braga (sobretudo devido a campanhas de sensibilização promovidas por uma ONGD com grande implementação local), seguindo-se valores significativos em Lisboa. A alguma distância surge Viana do Castelo, Porto, Santarém, Guarda, Leiria, Setúbal e Faro. Com valores mais baixos surgem a Madeira, Aveiro, Viseu,

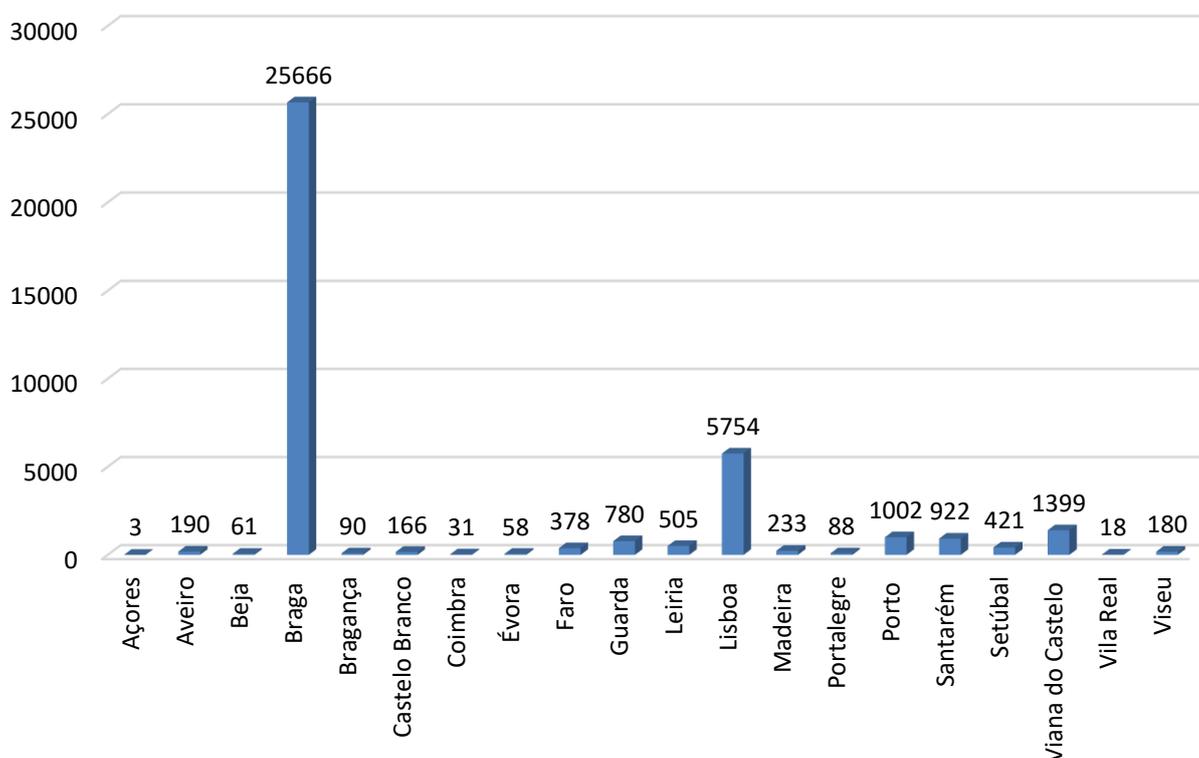
<sup>26</sup> Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.4.1.

<sup>27</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

<sup>28</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.2.

Castelo Branco, Portalegre, Évora, Coimbra e Vila Real. Para a Região Autónoma dos Açores não foram reportadas ações.

### Número de participantes por área geográfica



Relativamente às ações referentes à participação internacional (2.5), foi possível identificar a participação de 360 residentes em Portugal em iniciativas fora de Portugal, tendo sido ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 552 pessoas de outros países (ação 2.5.2). Apenas 3 ações identificaram os países de origem, sendo estes Brasil, Itália e Cabo-Verde. Apenas foi possível recolher dados para analisar a filiação institucional de 22 participantes em 16 iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal (2.5.1), sendo 18 de Instituições de Ensino Superior e 8 de Organizações da Sociedade Civil.

No que concerne ao indicador relativo ao **sexo** foi possível recolher dados para 7274 participantes<sup>29</sup>, o que representa menos de 1% do total. Apesar da pouca representatividade dos dados, verifica-se que as tendências de distribuição da participação por sexo se mantêm, com 56% elementos do sexo feminino e 44% elementos do sexo masculino.

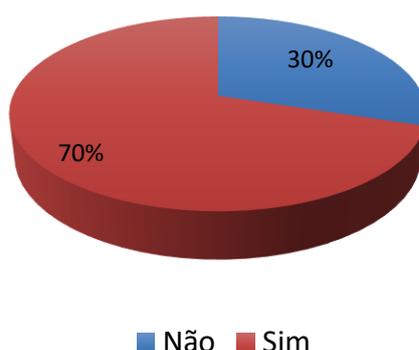
<sup>29</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

Prestando atenção ao indicador relativo à **filiação institucional** dos e das participantes, foi possível analisar a proveniência de 831 participantes<sup>30</sup>, o que, novamente, representa menos de 1% do total de participantes reportados para as ações em causa. Analisando os dados obtidos podemos concluir que existe um maior equilíbrio na representatividade das instituições de origem do que nos anos anteriores – 37,2% pertence a organizações da sociedade civil; 32,1% ao ensino superior; 23,9% a estabelecimentos de educação e ensino não superior; 3,5% a entidades religiosas; 3,1% a câmaras municipais; e 0,1% a entidades públicas (5%).

Atendendo aos indicadores específicos, foram identificadas, para a ação 2.1.2, “realização de sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos”, a realização de 19 sessões, um número dentro dos valores do ano anterior, que decorreram, por ordem crescente: dez a nível nacional, oito sessões em Viana do Castelo e uma no Porto.

Respondendo ao indicador referente ao **número de ESPA e suas associadas ou parceiras envolvidas na organização das ações** 2.1.1 e 2.1.2, ligadas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação e à divulgação do Referencial de ED, é possível identificar a presença de 24 entidades dinamizadoras. Importa salientar que, nesta medida, 436 das ações reportadas apresentavam dados sobre a implementação, ou não, em parceria (apenas uma não o referiu) e os resultados recolhidos indicam que 70% envolvem entidades parceiras.

### Parcerias das ações



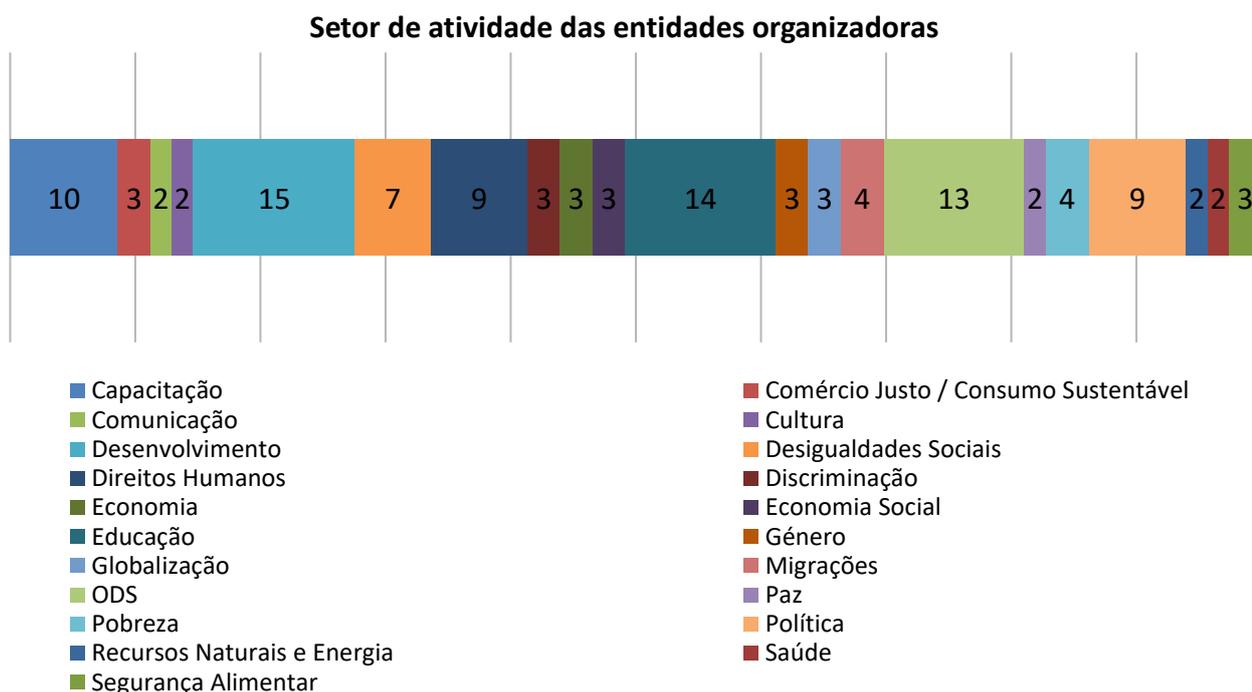
A medida 2.3, dedicada às iniciativas de concertação para a melhoria das políticas, atenta, entre outros indicadores, no **número de participantes por proveniência**. Relativamente aos

<sup>30</sup> Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.3; 2.4.1; 2.5.2.

titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local (ação 2.3.1), apenas foi possível recolher a participação de 8 representantes do Município de Vila Franca de Xira. Relativamente a participantes dos membros nacionais dos órgãos políticos europeus (ação 2.3.2), foram reportados membros de ONGD internacionais, sem quantificação dos mesmos.

Relativamente a estas duas medidas interessava ainda saber a sua **periodicidade**. Foi possível recolher informação de 17 ações reportadas. Destas, 1 indicou ser anual, 1 semestral, 1 mensal, 4 pontuais e 1 não regular. 9 indicaram ser “outra”, mas sem apresentar mais indicações.

Para melhor poder caracterizar o papel das ESPA e suas associadas envolvidas na dinamização de atividades, importa perceber qual o **setor de atividades** das mesmas. Assim, e para as ações ligadas às medidas 2.2, “Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal”, e 2.3 “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas”, foi pedida essa informação<sup>31</sup>. Através dos dados obtidos, foi possível elaborar o gráfico seguinte:



<sup>31</sup> Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3.

A análise da informação do gráfico<sup>32</sup> permite afirmar a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento (ONGD) e à Educação, com valores muito idênticos. De realçar ainda os valores ligados à Capacitação, Direitos Humanos e aos ODS. Recordamos que, como já foi referido anteriormente, estes dados têm uma responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades outros das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade, razão pela qual o número total de contributos não corresponde ao número total de entidades que reportaram nestas ações.

A medida 2.4 “Envolvimento dos meios de comunicação social” requer uma atenção especial uma vez que tinha 78 ações previstas e só foram reportadas 4 (em 2018 tinham sido reportados 245, em 2019, 320, e em 2020, 67) para integrar a ação 2.4.2 “publicação de conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais”. Dos dados recolhidos, identificou-se que 2 publicações foram em **meios de comunicação social** convencionais e 5 foram em redes sociais. Relativamente às partilhas digitais, não foram reportados dados.

Quanto aos indicadores da categoria “autoria dos conteúdos”, não foi possível recolher dados suficientes relativos ao **sexo** dos e das autoras. Relativamente à **filiação institucional** foi possível identificar uma pessoa ligada à imprensa escrita e outra à televisão.

### ○ Objetivo 3

No objetivo 3, dedicado a “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas, como indicado anteriormente, 195 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- **Medida 3.1** - Reconhecimento formal da ED
- **Medida 3.2** - Articulação nacional na tomada de decisões
- **Medida 3.3** - Articulação internacional na tomada de decisões
- **Medida 3.4** - Mobilização de recursos adequados à intervenção

---

<sup>32</sup> Chama-se a atenção para o alerta realizado anteriormente - esta categorização do setor de atividade foi elaborada pelas autoras, com base na categorização utilizada no âmbito da anterior ENED. Para uma maior fiabilidade dos dados foi identificada a necessidade da inserção de uma questão no instrumento de recolha de dados relativo a 2020 que permita que cada entidade faça a sua própria categorização.

Dada a especificidade do objetivo 3 e dos seus indicadores, achou-se melhor proceder a uma análise detalhada indo quase ao nível de cada uma das ações.

A medida 3.1 refere o reconhecimento formal da ED em documentos estratégicos e operacionais, seja “por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local” (3.1.1), seja “por parte de entidades públicas e da sociedade civil” (3.1.2). Os dados relacionados com esta medida foram reportados por membros da Comissão de Acompanhamento. Relativamente à ação 3.1.1, é possível identificar os 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD)<sup>33</sup> que subscreveu o Plano de Ação da ENED 2018-2020, aos quais se juntam mais três que não pertencem à Rede (Guimarães, Santa Maria da Feira e Santarém). No que diz respeito à ação 3.1.2, a CA reportou 16 ESPA, 10 ONGD promotoras de projetos do Camões I.P., 16 parceiras em projetos do Camões I.P., e 6 outras entidades com projetos apoiados pela Comissão Europeia.

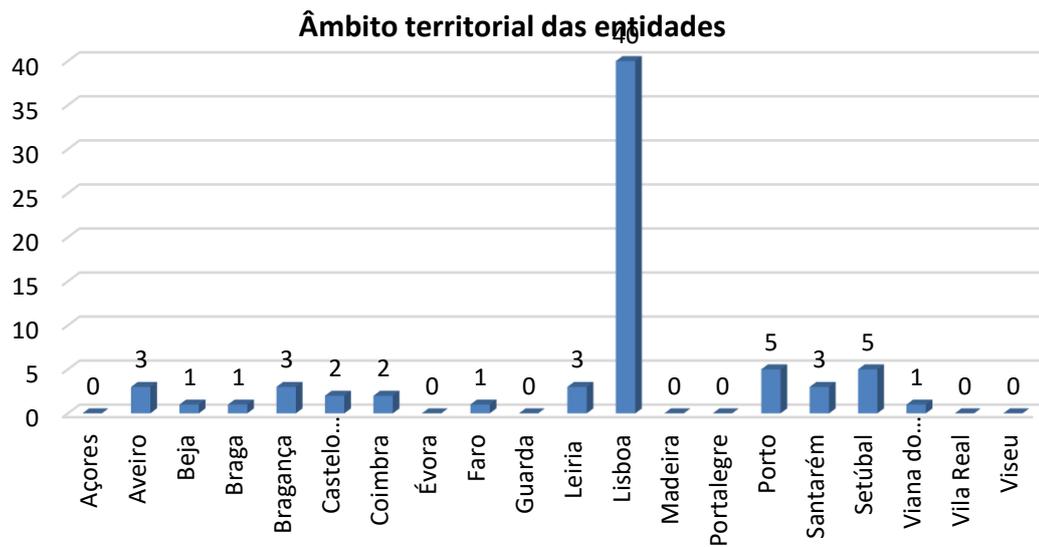
Se analisarmos a **tipologia das entidades**, verifica-se que 16 são as próprias ESPA, 25 estão ligadas ao poder municipal, 18 são organizações da sociedade civil e 11 estão ligadas ao ensino superior. São ainda referidas 1 outra entidade pública (não ESPA) e 2 organizações internacionais.

Quanto ao **tipo de evento e/ou documento** que foi assinado, é possível reconhecer que um dos documentos é o protocolo assinado pelas ESPA para implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022, em Lisboa, em novembro de 2018; outro é o plano da ação da RICD; e 14 são contratos de subvenção de formalização de projetos ED.

O exercício de identificar a **área geográfica** das entidades permite-nos perceber que se mantêm as tendências dos anos anteriores - a grande maioria destas entidades concentra-se em Lisboa. São, com valores significativamente inferiores, nomeados também os distritos de Porto e Setúbal (5), Aveiro, Bragança, Leiria e Santarém (3), Castelo Branco e Coimbra (2), Beja, Braga, Faro e Viana do Castelo com apenas uma entidade referida. Os restantes territórios não apresentam referências.

---

<sup>33</sup> Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.



Um dos indicadores pedidos para a medida 3.1 é o de identificar o número de entidades que se reconhecem formalmente ligadas ao setor da Educação. Operou-se uma atualização à ferramenta de recolha de dados que, espera-se, possa permitir recolher estes dados para 2022.

As medidas 3.2 e 3.3, vocacionadas, respetivamente, para a articulação nacional e internacional na tomada de decisões, têm como indicador o número de participantes. Pudemos identificar a **participação** de 74 pessoas (verificando-se uma acentuada diminuição face aos dados anteriores), através de 4 ações reportadas. Os dados reportados não permitirem identificar o sexo das pessoas que participaram.

Os dados reportados não permitem concluir sobre a respetiva **filiação institucional**, à exceção dos 22 membros dos Municípios que fazem parte da RCID.

Analisando com mais detalhe os indicadores relativos às ações da medida 3.3, podemos identificar que: i) 3.3.1 – foram realizadas 3 reuniões com a participação de representantes portugueses nos âmbitos do GENE – *Global Education Network Europe* e da Secretaria-Geral Ibero-Americana, relativa à Iniciativa de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável, reportadas por membros da Comissão de Acompanhamento; ii) 3.3.2 – foram elaborados 8 documentos relacionados com a participação de Portugal em âmbitos internacionais relevantes, nomeadamente, o contributo para o relatório “The State of Global Education 2020”; o Relatório de Portugal sobre Educação Global para as 44.<sup>a</sup> e 45.<sup>a</sup> Mesas Redondas virtuais do GENE; os contributos para a aprovação da *Iniciativa Ibero-Americana de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável* na XXVII Cimeira Ibero-Americana; os contributos para a adoção da Recomendação do CAD-OCDE *on Enabling Civil Society in*

*Development Cooperation and Humanitarian Assistance*; o documento de Contribuição da Sociedade Civil à *Peer Review* do CAD da OCDE, o documento "Prioridades da Sociedade Civil para a Presidência Portuguesa do Conselho da EU" e a Carta Aberta à Presidência do Conselho da União Europeia.

A medida 3.4 está direcionada para a “Mobilização de recursos adequados à intervenção”, sejam eles afetos expressamente à ED (3.4.1) ou não (3.4.2).

Em relação aos recursos afetos expressamente à ED (ação 3.4.1), conclui-se o reporte de 4 instrumentos financeiros dedicados expressamente à ED, pelo CICL<sup>34</sup> sendo, 1 programa, 23 projetos e 26 outras ações financiadas por estes instrumentos.

Como se verifica no quadro, contabilizam-se ainda 41 ESPA e suas associadas com recursos afetos expressamente à ED, sendo que, como explicado nos relatórios anteriores, este dado é aferido a partir do número total de entidades que reportam ações realizadas.

Tipo de recurso afeto expressamente à ED		Número
Instrumentos financeiros afetos à ED		4
Programas, projetos e outras ações financiados por estes instrumentos financeiros	Programas	1
	Projetos	23
	Outras ações	26
ESPA com recursos afetos à ED		41

A ação 3.4.2 refere-se à mobilização de recursos não afetos expressamente à ED. Neste contexto, foi reportada, pelo CICL, uma linha de cofinanciamento de conferências, seminários e estudos.

#### o Objetivo 4

O objetivo 4 pretende “Consolidar a implementação da ENED” e, no seu âmbito, foram reportadas 31 ações.

Neste objetivo, dedicado à operacionalização do dispositivo de acompanhamento da ENED, estão previstas, para o ano ao qual se reporta este relatório, as seguintes medidas:

- **Medida 4.1** Modelo institucional

<sup>34</sup> Apresenta-se no Anexo 5 os “Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2020, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED”.

- **Medida 4.2.** Sistema de acompanhamento

No âmbito do modelo institucional da presente ENED (medida 4.1), realizaram-se 19 reuniões e/ou sessões da CA (4.1.1) e 4 das ESPA (4.1.2), com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022. Num dos encontros das ESPA, promovidos pela CA, foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED (4.1.3).

Nas 19 sessões de trabalho da CA, participaram os representantes das 4 ESPA<sup>35</sup> que a constituem (2 elementos do CICL; 2 elementos da DGE; 2 elementos da PPONGD; 1 elemento do CIDAC). Nas 4 sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA contaram-se 84 presenças no total, de 36 pessoas diferentes<sup>36</sup> - na sessão realizada em março, estiveram presentes 23 pessoas, 18 do sexo feminino e 5 do sexo masculino; na realizada em maio, estiveram presentes 20 pessoas, 15 do sexo feminino e 5 do sexo masculino; na de julho, estiveram presentes 18 pessoas, 11 do sexo feminino e 7 do sexo masculino e na reunião de novembro estiveram presentes 23 pessoas, 18 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Relativamente à proveniência geográfica destes e destas participantes foi possível verificar que são de entidades situadas nos seguintes distritos: Lisboa (32 participantes, correspondendo a 89% do total); Santarém (2 participantes); Porto (1 participante); Viana do Castelo (1 participante).

No 2.º semestre de 2021 foram realizadas as Jornadas de ED, tendo ainda sido levadas a cabo diversas reuniões de preparação para o efeito, com as entidades da Comissão Organizadora.

Em 2021, e de acordo com o previsto na ação 4.1.3, esteve em funcionamento o secretariado de apoio à CA e ao grupo das ESPA, em funcionamento desde 2019.

No que respeita ao sistema de acompanhamento (medida 4.2), mais especificamente à ação “elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED” (ação 1), considera-se que esta medida fica concluída com a elaboração e publicação do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2021. Relativamente à ação 4.2.2, que previa a “criação e atualização de uma plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED”, reporta-se que esta foi criada em 2019 e divulgada publicamente em maio de 2020. De maio a dezembro de 2021 foram divulgados 25 recursos, estudos e iniciativas e publicaram-se 103 notícias. O número de visitantes foi recolhido pela primeira vez, contando-se 3052.

Relativamente à medida 4.3 “Cultura de Avaliação na ENED”, foi divulgado o relatório de Avaliação Intermédia e Interna (4.3.3), como previsto, tendo sido alvo de um trabalho apurado por parte das ESPA, no sentido de dar seguimento às recomendações saídas do

---

<sup>35</sup> Dados recolhidos nas ações 4.1.1; 4.1.2.

<sup>36</sup> Dados recolhidos nas ações 4.1.2 e 4.1.4.

mesmo. Neste contexto, foi criado, por financiamento do CICL, o Mecanismo de Apoio a Iniciativas das ESPA 2018-2022, para o ano 2021-2022. No âmbito desse Mecanismo, foram financiadas 4 propostas apresentadas à CA. Estas iniciativas serão alvo de reporte em 2022.

Foram ainda lançadas as bases para a criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de ED (4.3.4).

## 5 - Conclusões

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, é possível retirar algumas conclusões.

Uma primeira conclusão importante é o alcance, em termos gerais, do compromisso assumido de **cobertura dos objetivos, medidas e ações**:

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 30% das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 52% dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 15% correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; e 2% estão implicadas no objetivo 4 dedicado a “Consolidar a implementação da ENED”.

Numa perspetiva comparativa do nível de cobertura dos objetivos, de 2020 para 2021, é possível afirmar que se verificou: i) no objetivo 1, um aumento da cobertura, de 241% para 339%; ii) no objetivo 2, um aumento de 167% para 323%; iii) no objetivo 3, uma diminuição de 134% para 128%; iv) e, no objetivo 4, uma diminuição de 111% para 100%.

No **objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”**, que recolhe 383 ações reportadas, pode observar-se um défice nos níveis de cobertura apenas na ação 1.2.1 que consagra a “realização de ações de capacitação das ESPA”. É de realçar o cumprimento de todas as metas assumidas nas restantes ações deste objetivo.

No **objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”**, para o qual foram reportadas 692 ações, obteve-se um valor bastante positivo face ao previsto (211), nomeadamente nas seguintes ações: i) a ação 2.1.1, “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação” continua a ultrapassar de uma forma muito significativa – em 333 – os valores previstos; ii) a ação dedicada à realização de sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos (ação 2.1.2) superou o previsto em 13 ações; iii) as ações da medida 2.3, que se refere a ações de “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas” com titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais (ação 2.3.1), e com “entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas” (2.3.3), salientam-se por excesso em 11 e 3 ações, respetivamente; iv) as ações da medida 2.5, dedicada à “Participação internacional”, foram reportadas com valores excedentários ambas as ações: a ação 2.5.1, que respeita à “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e

conhecimentos fora de Portugal” apresentou mais 9 ações e a ação 2.5.2, que diz respeito à “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais”, foi ultrapassada em mais 6 ações. Em sentido contrário, as ações que apresentam ligeiras discrepâncias face ao previsto neste objetivo são: i) a ação de “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas” com “membros nacionais dos órgãos políticos europeus” (ação 2.3.2) que ficou uma ação aquém do previsto; ii) nas ações da medida 2.4, que pressupõe o “Envolvimento dos meios de comunicação social”, importa salientar a sua implementação deficitária, com particular relevo para a medida 2.4.2 “publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais” que apresenta uma discrepância de 74 ações, tornando-a a ação menos coberta deste objetivo. Relativamente à ação 2.1.3, “elaboração e divulgação de um levantamento de unidades curriculares que integram abordagens de Educação para o Desenvolvimento no ensino superior”, é de se referir que a mesma foi iniciada, estando previsto o seu término em 2022.

No âmbito do **objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”**, o qual recolheu informação sobre 195 ações, constatou-se um valor excedentário no cumprimento de 3 tipologias de ações: a ação 3.1.2, que se destina ao “reconhecimento formal da ED nos documentos estratégicos e operacionais por parte de entidades públicas e da sociedade civil”, excedeu em 1 ação face ao previsto por a ação 3.4.1 que respeita à “mobilização pelas ESPA e respetivas associadas de recursos afetos expressamente à ED”, ultrapassou em 49 ações. De salientar ainda que, embora não estivesse prevista nenhuma ação para o ano em análise, se implementou uma ação no que respeita à “inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, designadamente no quadro da Agenda 2030” (3.2.2). Relativamente a valores deficitários, apuraram-se 4 ações com este registo: i) o “Reconhecimento formal da ED” em “documentos estratégicos e operacionais por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local” (3.1.1) - verifica-se o quase cumprimento do valor previsto tendo este ficado aquém em 1 ação; na ação 3.2.1 focada na “realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA”, não se realizou nenhuma das 3 ações previstas; na medida 3.3, dedicada à “Articulação internacional na tomada de decisões”, verificou-se, na tipologia 1, serem executadas 3 das 6 reuniões previstas, ao passo que a tipologia de ação 2, elaboração de documentos relacionados com as reuniões da ação anterior, cumpriu-se na totalidade.

O **objetivo 4 “Consolidar a implementação da ENED”** registou 31 ações reportadas para o ano de 2021. A cobertura de todas as suas ações está dentro do previsto ou excedentária. Neste último caso importa sublinhar nomeadamente a ação 4.1.1, “realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)”, que ultrapassou o previsto em 7 ações e, a ação 4.1.4, “apresentação de informação relevante sobre a ENED” em diversos *fora* que ultrapassou o previsto em 1 ação.

Relativamente às **Medidas Transversais (MT)**, realizou-se em 2021, tal como previsto, uma edição das Jornadas de ED (MT2). As Jornadas de ED, subordinadas ao tema “A digitalização: olhares a partir da Educação para o Desenvolvimento”, foram organizadas em duas sessões: a primeira sessão, denominada “A componente digital na Educação para o Desenvolvimento (ED) e no Desenvolvimento”, decorreu no dia 20 de novembro de 2021, através de uma sessão síncrona *online* de três horas, e congregou 191 participantes; a segunda sessão, denominada “A componente digital nas diferentes ‘Educação para ...’”, decorreu no dia 24 de novembro de 2021, através de uma sessão presencial e congregou 23 participantes em representação das ESPA da ENED 2018-2022 e do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (GT EDCG) da Plataforma Portuguesa das ONGD. Esta ação, divulgada nos meios de comunicação digital, foi organizada de forma colaborativa entre várias ESPA ou associadas das mesmas e conferiu certificado às pessoas participantes.

No que respeita à análise dos dados de cada objetivo é possível aferir os **indicadores gerais**, que se encontram no Plano de Ação, e os **indicadores específicos**, apresentados no documento “Notas Explicativas” que acompanha a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Estes indicadores respondem às dimensões identificadas anteriormente: participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações. Deles pode-se retirar as principais conclusões para cada um dos objetivos:

- No **objetivo 1** “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED” foi reportado um total de 383 ações. Dos dados que foram possíveis apurar, salienta-se:
- i) que Lisboa se mantém como o distrito com maior número de ações desenvolvidas, seguido de Setúbal com valores muito próximos. A alguma distância, apresentam-se Castelo Branco, Santarém e Viana do Castelo (com 5 ou mais reportes). De salientar a diminuição dos valores, tradicionalmente mais expressivos, do distrito do Porto. De salientar o novo aumento de reporte de ações de carácter nacional (de 9 para 21, em 2019, e, este ano, para 32) e o surgimento da categoria “fora de Portugal”. Considera-se que a realização de ações *online*, devido à situação pandémica, possa ajudar a explicar estas situações;
  - ii) que é de realçar a preponderância do formato oficina/workshop relativamente à

tipologia das ações desenvolvidas (23 ações); no entanto a informação que mais se salienta é o número de menções à categoria “outras” (54 ações) que compila um leque diverso de tipologias, a saber: “sessões *online* síncronas” e “estágios de estudantes, futuros/as professores/as” e “projeto de investigação ação”;

iii) que se realizaram 43 ações de formação contínua de docentes (valor que tem vindo a diminuir ao longo dos anos), das quais 17 são acreditadas;

iv) que a duração destas ações foi muito variável –73 tiveram uma duração igual ou menor a 6 horas (como verificado já nos dois anos anteriores); 29 ações duraram entre 7 e 24; 1 ação teve 25 horas; 4 duraram entre 26 e 49 horas; 6 tiveram a duração de 50 horas e 8 mais de 50 horas;

v) que se verificou um envolvimento de 31 ESPA ou suas associadas na organização de ações neste objetivo, sobretudo ligados aos setores de atividade da Educação e do Desenvolvimento;

vi) que nas medidas 1.1 e 1.2, de formação de docentes e outros/as formadores/as foi possível apurar a participação de 3310 pessoas;

vii) que destas pessoas foram reportados dados sobre a distribuição por sexos de 2478 participantes, com uma clara predominância de elementos do sexo feminino (1541);

viii) que destes participantes foi possível identificar a tipologia de instituição de origem, tendo estes sido agrupados nas seguintes categorias – estabelecimentos de ensino do ensino básico e secundário; ensino superior; organizações da sociedade civil; poder regional e outras entidades públicas – sendo o número de referências decrescente por esta ordem; cruzando este indicador com o do distrito de origem, surgem, com grande relevo, 326 ações reportadas no distrito de Lisboa (algo não visível no ano anterior) e com caráter *Nacional*, 317 ações, o que se julga estar relacionado com a questão da participação em ações dinamizadas em formato *online*; a predominância de Viana do Castelo com 111 ações e a existência de vários distritos sem referências (Bragança, Évora, Guarda, Portalegre e Vila Real);

ix) que na medida 1.3.1, sobre a produção de conteúdos e recursos, foi possível apurar que 56% dos produtos dizem respeito a conteúdos e 44% a recursos educativos; de salientar, no entanto, a inversão do peso da produção de uns e de outros;

x) que na “produção de conteúdos científicos sobre ED” (ação 1.3.2), mantêm-se os artigos e livros científicos (19) como tipo de conteúdo mais produzido, seguindo-se as teses de doutoramento e dissertações de mestrado defendidas (4);

xi) que 64% destes conteúdos científicos foram produzidos em coautoria, sendo que destes, 11 foram produzidos entre académicos e 3 entre académicos e não académicos;

xii) que 12 livros e artigos científicos sobre ED foram publicados com revisão por pares;

xiii) que foram disponibilizados e disseminados 98 recursos educativos e conteúdos (em 2019 tinham sido indicados 24 e em 2020, 152); 12 artigos e livros científicos; 4 dissertações de mestrado/ doutoramento; e 5 outros conteúdos científicos;

xiv) que destes recursos e conteúdos, 102 foram divulgados através de canais de comunicação social convencional (nomeadamente a imprensa escrita) e 3574 por canais da comunicação social digital;

Relativamente ao **objetivo 2**, “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED”, alcançou um reporte de 692 ações, mantém-se o objetivo com um maior número de ações reportadas. Importa referir que este é o objetivo com maior diversidade de medidas e de ações, o que origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos. Dos dados apurados para os indicadores gerais, pode concluir-se:

- i) a grande expressividade das ações reportadas de âmbito Nacional (231) bem como das ações referentes ao distrito de Lisboa (188), Viana do Castelo (49) e Braga (40). Importa um olhar especial para os distritos para os quais não foram reportadas ações – Portalegre e Vila Real (estes distritos já não estavam representados em 2020).;
- ii) em termos de tipologia de ações, mantém-se a predominância das “campanhas” e “oficina/workshop” (66), mas surge um elemento novo, com grande expressão numérica, explicável pelas aprendizagens e hábitos adquiridos perante a situação pandémica – os “webinars” (52);
- iii) foi possível quantificar a presença de 1.029.643 participantes, sendo, no entanto, 957.929 reportados pela mesma entidade e 24.500 reportados como participações em webinars;
- iv) destes, foi possível identificar que distribuição geográfica das pessoas participantes é marcada pelas categorias *Nacional ou Fora de Portugal* (as ações que decorreram online). Dos restantes valores, apontam-se apenas algumas tendências verificadas: há uma grande expressão em Braga seguindo-se Lisboa. A alguma distância surge Viana do Castelo, Porto, Santarém, Guarda, Leiria, Setúbal e Faro. Com valores mais incipientes surgem a Madeira, Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Coimbra e Vila Real. Para a Região Autónoma dos Açores não foram reportadas ações;
- v) foi possível identificar a participações de 360 residentes em Portugal em iniciativas fora de Portugal, sendo que foi ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 552 pessoas de outros países;
- vi) foi possível recolher dados quanto ao sexo de 7274 participantes sendo que 56% são do sexo feminino;
- vii) de 831 participantes do objetivo 2, foi possível identificar que 37,2% pertencem a organizações da sociedade civil; 32,1% ao ensino superior; 23,9% a estabelecimentos de educação e ensino não superior; 3,5% a entidades religiosas;

3,1% a câmaras municipais; e 0,1% a entidades públicas (5%).

No que diz respeito aos indicadores específicos, verificou-se:

- i) a realização de 19 sessões de divulgação do Referencial de ED, a decorrerem, por ordem crescente: dez a nível nacional, oito sessões em Viana do Castelo e uma no Porto;
- ii) a presença de 24 ESPA e suas associadas envolvidas na organização das ações dinamizadoras das ações relativas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação e à divulgação do Referencial de ED;
- iii) a dificuldade de identificação de titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local - apenas foi possível recolher a participação de 8 representantes do Município de Vila Franca de Xira – e, de participantes dos membros nacionais dos órgãos políticos europeus, foram reportados membros de ONGD internacionais, sem quantificação dos mesmos;
- iv) a periodicidade de 17 ações reportadas foi distribuída da seguinte forma: 1 indicou ser anual, 1 semestral, 1 mensal, 4 pontuais, 1 não regular e 9 indicaram ser “outra”, mas sem apresentar mais indicações;
- v) a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento (ONGD) e à Educação na dinamização destas ações;
- vi) o reporte de 4 conteúdos em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local (em 2018 tinham sido reportados 245, em 2019, 320, e em 2020, 67), 2 publicados em meios de comunicação social convencionais e 45 em redes sociais;
- vii) a dificuldade em recolher elementos para proceder à caracterização da autoria destes conteúdos, nomeadamente a categoria sexo. Relativamente à **filiação institucional** foi possível identificar uma pessoa ligada à imprensa escrita e outra à televisão.

Para o **objetivo 3**, dedicado a “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas, como indicado anteriormente, 195 ações. Como principais conclusões podem destacar-se:

- i) foram identificadas as entidades que reconhecem formalmente a ED, sendo que 16 são as próprias ESPA, 25 estão ligadas ao poder municipal, 18 são organizações da sociedade civil e 11 estão ligadas ao ensino superior;
- ii) a grande maioria destas instituições concentra-se em Lisboa;
- iii) este reconhecimento foi feito através do protocolo assinado pelas ESPA para implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022, em Lisboa, em novembro de 2018; do protocolo de criação da RICD e respetivos estatutos e 14 são contratos de subvenção de formalização de projetos ED;
- iv) nas medidas dedicadas à articulação nacional e internacional na tomada de decisões, identificou-se a participação de 74 pessoas através de 4 ações reportadas

- (verificando-se uma acentuada diminuição face aos dados anteriores); os dados reportados não permitirem identificar o sexo das pessoas que participaram;
- v) os dados reportados não permitem concluir sobre a respetiva **filiação institucional**, à exceção dos 22 membros dos Municípios que fazem parte da RCID;
- vi) foram realizadas um total de 3 reuniões com a participação de representantes portugueses nos âmbitos do GENE – *Global Education Network Europe* e da Secretaria-Geral Ibero-Americana relativa à Iniciativa de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável, reportadas por membros da Comissão de Acompanhamento;
- vii) foram elaborados 8 documentos relacionados com a participação de Portugal em âmbitos internacionais relevantes, nomeadamente, o contributo para o relatório “The State of Global Education 2020”; o Relatório de Portugal sobre Educação Global para as 44.<sup>a</sup> e 45.<sup>a</sup> Mesas Redondas *online* do GENE; os contributos para a aprovação da *Iniciativa Ibero-Americana de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável* na XXVII Cimeira Ibero-Americana; os contributos para a adoção da Recomendação do CAD-OCDE *on Enabling Civil Society in Development Cooperation and Humanitarian Assistance*; o documento de Contribuição da Sociedade Civil à *Peer Review* do CAD da OCDE, o documento "Prioridades da Sociedade Civil para a Presidência Portuguesa do Conselho da EU" e a Carta Aberta à Presidência do Conselho da União Europeia;
- viii) foram reportados, como recursos afetos expressamente à ED, 4 instrumentos financeiros pelo CICL<sup>37</sup> sendo: 1 programa, 23 projetos e 26 outras ações financiadas por estes instrumentos;
- ix) contabilizam-se ainda ESPA e suas associadas, num conjunto de 41, com recursos afetos expressamente à ED, ou seja, todas as entidades que reportaram para o presente relatório;
- x) foi reportada uma linha de cofinanciamento de conferências, seminários e estudos no que concerne à mobilização de recursos não afetos expressamente à ED.

O **objetivo 4** pretende “Consolidar a implementação da ENED” e tinha previstas, para o ano de 2021, 31 ações, tendo sido realizadas 31, das quais se realça:

- i) 23 reuniões e/ou sessões da CA e das ESPA, com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022;
- ii) num dos encontros das ESPA foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED;
- iii) nas 19 sessões de trabalho da CA, participaram os representantes das 4 ESPA que a constituem (CICL; DGE; PPONGD; CIDAC);

---

<sup>37</sup> Apresenta-se no Anexo 5 os “Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2020, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED”.

- iv) nas 4 sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA contaram-se 84 presenças no total, de 36 pessoas diferentes. Relativamente à proveniência geográfica destes e destas participantes foi possível verificar que são de entidades situadas nos seguintes distritos: Lisboa (32 participantes, correspondendo a 89% do total); Santarém (2 participantes); Porto (1 participante); Viana do Castelo (1 participante);
- v) no 2.º semestre de 2021 foram realizadas as Jornadas de ED, tendo ainda sido levadas a cabo diversas reuniões de preparação para o efeito, com as entidades da Comissão Organizadora;
- vi) esteve em funcionamento o secretariado de apoio à CA e ao grupo das ESPA e procedeu-se à elaboração e do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2021;
- vii) foi divulgada e atualizada a plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED. De maio a dezembro de 2021 foram divulgados 25 recursos, estudos e iniciativas e publicaram-se 103 notícias. O número de visitantes foi recolhido pela primeira vez, contando-se 3052;
- viii) deram-se passos importantes relacionadas com a medida 4.3 “Cultura de Avaliação na ENED”: foi divulgado o relatório de Avaliação Intermédia e Interna (4.3.3), como previsto, tendo sido alvo de um trabalho apurado por parte das ESPA no sentido de dar seguimento às recomendações saídas do mesmo. Neste contexto, foi criado, por financiamento do CICL, o Mecanismo de Apoio a Iniciativas das ESPA 2018-2022, para o ano 2021-2022. No âmbito desse Mecanismo foram financiadas 4 propostas apresentadas à CA. Estas iniciativas serão alvo de reporte em 2022. Foram ainda lançadas as bases para a criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de ED (4.3.4).

À semelhança do ano 2020, realizou-se um exercício de súmula dos dados dos quatro objetivos do Plano de Ação, analisando os diversos indicadores que respondem às diferentes dimensões estabelecidas. Poderemos apresentar os seguintes resultados para 2021:

No âmbito da **dimensão da participação**, foi possível contabilizar um total de 1.033.503 participantes e verificar que o maior número de participações advém, à semelhança de 2020, do objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”, valor facilmente justificado pelas informações supracitadas que respeitam às elevadas participações no âmbito do projeto *Eco-escolas* e nos *webinars*.

Relativamente à **dimensão do sexo** dos e das participantes, é de salientar que do número total de pessoas participantes identificadas acima, foi possível identificar o sexo de 98%. Destes, e tendo por base os dados possíveis de recolher ao longo dos 4 objetivos, é possível verificar uma predominância do sexo feminino (555.613 participantes) face ao sexo masculino (454.139 participantes). Importa salientar que,

do objetivo 2, foram reportadas 957.929 participações pela mesma entidade, no âmbito do projeto Eco-escolas, e 24.500 reportados como participações em webinars.

Foi ainda possível, enquadrado na **dimensão institucional**, apurar a filiação institucional de alguns e algumas participantes. Com base na recolha de dados, apurou-se que nos primeiros dois objetivos do PA, a maioria dos e das participantes provinham de 3 grandes grupos, a saber, por ordem decrescente: estabelecimentos de ensino básico e secundário (481), ensino superior (437) e organizações da sociedade civil (358). Relativamente aos dois últimos objetivos, foi possível identificar participantes com vínculo a municípios e às ESPA, respetivamente. No entanto, estes dados devem ser lidos com muita cautela e sem representação estatística face ao número total de participantes, uma vez que correspondem à recolha de dados de 84(24%) das 353 ações que solicitavam este indicador específico.

No que respeita à caracterização das ações, é possível fazer-se uma cobertura **territorial/geográfica** da implementação das mesmas. De uma forma geral, confirma-se que a distribuição das ações se encontra muito relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância, à semelhança de 2020, do distrito de Lisboa (248), logo de seguida as ações realizadas no distrito de Setúbal (56) e Viana do Castelo (55). De salientar, no entanto, que as ações reportadas alcançaram as duas regiões autónomas portuguesas e todos os distritos continentais à exceção de Vila Real. Nos dados reportados pelas ESE observa-se uma distribuição geográfica mais equilibrada, à semelhança dos anos anteriores, o que facilmente se justifica pela distribuição geográfica no território nacional das Escolas Superiores de Educação. Importa também sobressair o elevado reporte de ações de caráter nacional (266). Considera-se que a realização de ações *online*, devido à situação pandémica, possa ajudar a explicar este aumento.

Foi ainda possível averiguar, através dos dados reportados apenas nos dois primeiros objetivos, as **tipologias de ações** mais desenvolvidas, a saber por ordem decrescente: campanhas/ações de sensibilização (66 ações); *webinars* (59) e oficinas/workshops (56). Sublinha-se o elevado número de ações destacadas como outras tipologias dentro das quais se refere, a título de exemplo, circo contemporâneo, escola de verão em formato residencial, academia, ação de plantação, programa de voluntariado, estágios de estudantes, futuros/as professores/as e projetos de investigação ação.

É ainda possível traçar uma visão geral da **disseminação** das ações desenvolvidas nos dois primeiros objetivos do PA. Assim importa referir que 104 conteúdos sobre ED foram divulgados através de canais de comunicação social convencional, 3579 através de canais de comunicação social digitais, nomeadamente redes sociais.

Relativamente às partilhas digitais não se reportaram dados. Destas disseminações, foi possível identificar o envolvimento de dois profissionais de meios de comunicação social: uma pessoa ligada à imprensa escrita e outra à televisão

Em último lugar, referem-se os **setores de atividades** mais comuns das entidades organizadoras das ações vinculadas à ENED 2018-2022. Apesar de apenas podermos verificar tendências, dado o número reduzido de dados recolhidos nos dois primeiros objetivos, verificamos as seguintes posições apresentadas por ordem crescente: setor da Educação (33); setor do Desenvolvimento (27); setor dos ODS (20) e, em igual volume (15), os setores da Capacitação, dos Direitos Humanos e da Política. À semelhança de 2020, os setores de atividades mais expressivos são o setor da Educação e do Desenvolvimento. Recordar-se que estes dados têm uma responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades outros das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade.

Finalmente, importa salientar que:

- para o ano de 2021, foi reportado, comparativamente ao ano antecedente, um maior número de ações (542, mais 89 ações) apesar de a participação do número de entidades ter diminuído (42, menos 2 entidades);
- na maioria dos casos, a qualidade do reporte foi mais apurada, sendo possível recolher dados mais específicos como, por exemplo, os dados institucionais das entidades através da criação do menu “Perfil” no instrumento de recolha de dados;
- na sequência das recomendações saídas do relatório de Avaliação Intermédia e Interna foi criado, por financiamento do CICL, o Mecanismo de Apoio a Iniciativas das ESPA 2018-2022, para o ano 2021-2022. No âmbito desse Mecanismo, foram financiadas 4 propostas apresentadas à CA.

Fica, mais uma vez, uma nota de agradecimento pela participação de todas as entidades que se dispuseram a contribuir para a elaboração do presente relatório.



## **6 – ANEXOS**

**Anexo 1** - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

**Anexo 2** - Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED

**Anexo 3** - Apresentação dos projetos de ED reportados

**Anexo 4** - Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2018, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

## ○ Anexo 1

**Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão****Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)**

Comissão de Acompanhamento	2018	2019	2020	2021
1. Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	X	X	X	X
2. CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Reporta enquanto ONGD <sup>38</sup>	Reporta enquanto ONGD <sup>41</sup>	Reporta enquanto ONGD <sup>41</sup>	Reporta enquanto ONGD <sup>41</sup>
3. Direção-Geral da Educação	X	X	X	X
4. Plataforma Portuguesa das ONGD	X	X	X	X
5. Comissão de Acompanhamento	X	X	X	X
<b>Nº ESPA que responderam</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Instituições Públicas	2018	2019	2020	2021
1. APA – Agência Portuguesa do Ambiente	X	X	X	X
2. ACM – Alto Comissariado para as Migrações	*	X	X	X
3. CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	X	X	X	X
4. Comissão Nacional da UNESCO	*	X	X	X
5. Instituto Português do Desporto e da Juventude	*	*	X	X
Organizações da Sociedade Civil	2018	2019	2020	2021
6. ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	*	X	X	X
7. APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural	*	X	X	X
8. ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE	*	X	X	X
9. CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (Delegou na ASPEA)	X	X	X	X
10. CNJ - Conselho Nacional da Juventude	X	X	X	X
11. Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios	X	X	X	X
12. PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	*	X	X	X
<b>Nº ESPA que responderam</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>

<sup>38</sup> O CIDAC, apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora da ENED, aparece listada como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade, daí o desfasamento dos números totais.

**Associadas de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)**

Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE	2018	2019	2020	2021
1. Instituto Politécnico de Beja	X	X	X	X
2. Instituto Politécnico de Bragança	X	X	X	X
3. Instituto Politécnico de Castelo Branco	X	X	X	X
4. Instituto Politécnico de Coimbra	--	--	X	X
5. Instituto Politécnico de Leiria	--	X	X	X
6. Instituto Politécnico de Lisboa	--	--	--	--
7. Instituto Politécnico de Portalegre	X	X	X	X
8. Instituto Politécnico do Porto	--	X	--	--
9. Instituto Politécnico de Santarém	--	X	X	X
10. Instituto Politécnico de Setúbal	X	X	X	X
11. Instituto Politécnico de Viana do Castelo	X	X	X	X
12. Instituto Politécnico de Viseu	--	--	X	X
13. Universidade do Algarve	--	--	--	X
<b>Nº ESE que responderam</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>

ONGD associadas da PPONGD	2018	2019	2020	2021
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	--	X	X	X
2. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência	X	--	X	X
3. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	X	X	X	X
4. AMI - Assistência Médica Internacional	X	X	X	X
5. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X	X	X	--
6. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	--	--	X	--
7. APF - Associação para o Planeamento da Família	--	--	X	X
8. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	--	--	--	--
9. Cáritas Portuguesa	X	X	--	X
10. CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	X	X	X	X
11. FENIKS <sup>39</sup>	--	--	X	--
12. CPR - Conselho Português para os Refugiados	--	--	--	--
13. Equipa d'África (Associação)	--	--	--	--
14. FEC - Fundação Fé e Cooperação	X	X	X	X
15. Fundação Bomfim	--	--	--	--

<sup>39</sup> Até 2019, a ONGD FENIKS foi denominada de Conceitos do Mundo.

16. Fundação Champagnat	--	--	--	--
17. Fundação Cidade de Lisboa	X	X	X	X
18. Fundação Gonçalo da Silveira	X	X	X	X
19. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X	X	X	X
20. Girl Move Portugal	--	--	--	--
21. HELPO	--	--	--	--
22. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	X	X	X	X
23. IPAV - Instituto Padre António Vieira	--	X	X	--
24. Meninos do Mundo	--	--	--	--
25. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE	--	X	X	X
26. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários	X	--	--	--
27. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	--	X	X	X
28. PAR - Respostas Sociais	X	X	X	X
29. Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano	X	X	X	X
30. Sapana	X	--	X	--
31. Saúde em Português	--	--	--	--
32. SOLSEF - Sol sem Fronteiras	X	X	X	X
33. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	X	X	X	X
34. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	X	X	X	X
35. WACT – We are changing together	X	X	X	X
<b>Nº ONGD que responderam</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>24</b>	<b>20</b>

## Legenda:

\* – a ESPA não tinha compromissos assumidos para o ano em questão

-- – a entidade não respondeu ao contacto

X – a entidade respondeu que não foram realizadas atividades

X – a entidade reportou os dados das suas atividades

○ **Anexo 2**

**Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED**

**1. Enquadramento**

A 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED 2010-2015), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. Esta estratégia foi o documento-chave que orientou a ação em ED, em Portugal nos últimos anos.

Entre 2010 e 2015, extensível a 2017, esteve em funcionamento o dispositivo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED 2010-2015, muito louvado quer a nível nacional quer a nível internacional, que permitiu monitorizar a execução da ENED em Portugal. Dele resultou a elaboração de 7 Relatórios de Acompanhamento da ENED, a realização de um *Peer-Review* ao estado da arte da Educação para o Desenvolvimento (ED)/Educação Global em Portugal liderado pela *Global Education Network Europe* (GENE) e a concretização de uma Avaliação Externa da ENED que originou um Relatório Final.

Durante o ano de 2017, e no seguimento da Avaliação da ENED 2010-2015, decorreu o processo de elaboração do novo documento enquadrador da ED em Portugal, consubstanciado através de quatro oficinas, nas quais participaram organizações da sociedade civil e entidades públicas, para dar forma àquele que é o novo documento enquadrador da ED em Portugal. Surge, então, o novo documento de orientação, a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este último compreende 46 ações cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento (CA) composta por 4 das 16 Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA), a saber: o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a Direção-Geral da Educação (DGE), a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC, como membro representante do GENE.

Nestas ações estão diretamente envolvidas as seguintes Instituições Públicas: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Alto comissariado para as Migrações (ACM), Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Comissão Nacional da UNESCO, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Direção-Geral da Educação, Instituto Português do Desporto e da Juventude e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios (RICD); e as seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação (ARIPSE) e suas associadas, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI), CIDAC – Centro

de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), Conselho Nacional da Juventude, a Plataforma Portuguesa das ONGD e suas associadas e a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres. Serão ainda envolvidas outras instituições de ensino superior.

Fazem parte destas ações, nomeadamente das Medidas 4.1 e 4.2, a criação de um “Modelo institucional” e de um “Sistema de Acompanhamento”. A elaboração de Relatórios anuais de Acompanhamento ao PA da ENED, aos quais se referem os presentes Termos de Referência enquadram-se nestas medidas.

## 2. **Objetivos**

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED, vigente entre 2018-2022 em Portugal, no ano de 2021.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caracterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;
- permitir obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022 face aos seus anos subsequentes de implementação;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

### 3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED e suas associadas.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito. A metodologia de recolha de dados do presente relatório procedeu-se através de um instrumento conceptualizado, elaborado e implementado de origem conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se na área reservada que por sua vez se integra na estrutura do *website* desenvolvido com o propósito de disseminar informação relativa à ED em Portugal.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

### 4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Sumário Executivo – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;
- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;
- Cobertura dos objetivos, medidas e ações – apresentação do número de ações implementadas, para perceção do nível de cobertura da ENED; é ainda essencial ensaiar explicações para as ações inteiramente não cobertas; analisa-se ainda a caracterização das ações quanto à sua integração ou não em projeto;
- Apresentação de dados por objetivo e por dimensão – análise dos dados segundo as dimensões pré-definidas e os seus indicadores específicos – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações;

- Conclusões – apresentação das conclusões agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos;
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

#### **5. Resultados esperados e cronograma**

O cronograma será o seguinte:

- Recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – durante todo o ano e até fevereiro do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Tratamento de dados e elaboração dos gráficos – março e abril do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Análise de dados e redação do Relatório de Acompanhamento ENED – maio e junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Envio da primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – final de junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere.

#### **6. Responsável pela redação**

A redação do relatório está a cargo do Secretariado constituído no âmbito do contrato-programa *“Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação”*, celebrado entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2023. Este contrato-programa envolve ainda o Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).

#### **7. Responsável pela aprovação e divulgação**

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

## ○ Anexo 3

**Projetos de ED reportados**

Entidade	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	<a href="#">As ONG no Desenvolvimento e na Cidadania</a>
	<a href="#">O Papel das ONG na Cidadania e no Desenvolvimento</a>
	O(s) Futuro(s) da Cooperação: um compromisso social com responsabilidades partilhadas
ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência	<a href="#">Histórias por Contar - experiências e incoerências na condição de sem-abrigo</a>
	<a href="#">Talking Bubbles - Competição Internacional de Banda Desenhada</a>
AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	<a href="#">Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global (2.ª edição)</a>
	<a href="#">Walk to Walk the (Global) Walk: Mobilizar os jovens europeus em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</a>
AMI - Assistência Médica Internacional	<a href="#">There is No PLANet B Win win strategies and small actions for big impacts on climate change</a>
APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural	<a href="#">Educação para o Desenvolvimento: Migrações e Interculturalidade</a>
	<a href="#">Trovoada de Ideias</a>
ARPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação	<a href="#">A Educação para o Desenvolvimento nas ESSE: Diagnóstico e Capacitação</a>
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação
	<a href="#">Programa GENE - Global Education Network Europe</a>
Cáritas Portuguesa	<a href="#">Cáritas na Escola</a>
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	<a href="#">A escola, ser vivo dentro de um ecossistema: da alimentação à utilização dos recursos naturais</a>
	<a href="#">Jovens Embaixadores do Comércio Justo, alargando horizontes</a>
	<a href="#">O Referencial de ED na prática: problemáticas e recomendações para a formação inicial e contínua de professores/as</a>
CNJ - Conselho Nacional da Juventude	<a href="#">Compromisso 2030   Corpo Nacional de Escutas</a>
	<a href="#">Presidência – Por uma Europa Aberta, Justa e Sustentável no Mundo</a>
CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente representada pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)	<a href="#">EcoYouth</a>
Direção-Geral da Educação	Plano de Ação de Cidadania e Desenvolvimento 2021 – domínio ‘Desenvolvimento Sustentável’
Escola Superior de Educação de Beja	Escolas Transformadoras: oportunidades e desafios de transformação social a partir da integração da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global no ensino superior (participação)

<b>Escola Superior de Educação de Santarém</b>	Escolas Transformadoras: oportunidades e desafios de transformação social a partir da integração da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global no ensino superior (participação)
<b>Escola Superior de Educação de Viana do Castelo</b>	Escolas Transformadoras: oportunidades e desafios de transformação social a partir da integração da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global no ensino superior (participação)
	<a href="#">Get up and Goals! Global Education Time</a>
	<a href="#">GloBe - Global Learning for sense of belonging</a>
<b>Fundação Cidade de Lisboa</b>	<a href="#">Escola para a Cidadania - pelos direitos de tod@s</a>
<b>FEC - Fundação Fé e Cooperação</b>	<a href="#">CALL – Communication and Advocacy Learning Lab</a>
	<a href="#">Coerência na Presidência</a>
	<a href="#">Juntos pela Mudança II</a>
	<a href="#">Pelotão 2030</a>
<b>FGS - Fundação Gonçalo da Silveira</b>	<a href="#">EDxperimental: Laboratórios de Cidadania Global &amp; Desenvolvimento em meio escolar</a>
	Escolas Transformadoras: oportunidades e desafios de transformação social a partir da integração da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global no ensino superior
	<a href="#">Sinergias ED - Alargar e aprofundar as relações e aprendizagens colaborativas entre investigação e ação em ED</a>
<b>IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr</b>	<a href="#">#ClimateOfChange</a>
	<a href="#">#OurFood.OurFuture</a>
	<a href="#">RUMO a 2030</a>
<b>OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento</b>	A quem comprar? – O papel dos consumidores na promoção do desenvolvimento económico e social nos países em desenvolvimento
	<a href="#">Ativa-te contra o Tráfico de Seres Humanos</a>
	<a href="#">Mostra ODS - Transformando o Mundo</a>
<b>Rosto Solidário</b>	<a href="#">Parcerias locais para a EDCG: O papel dos atores locais na implementação da ENED 2018-2022</a>
	<a href="#">Triple Europe Game</a>
<b>SOLSEF - Sol sem Fronteiras</b>	<a href="#">Emo(can)ção</a>
	<a href="#">Todos contam!</a>
<b>URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa</b>	<a href="#">A SUL, rede educativa</a>
	<a href="#">Pipa, Cafifa, Papagaio de Papel</a>
<b>VIDA</b>	<a href="#">1Planet4All - Empowering youth, living EU values, tackling climate change</a>
<b>WACT - We Are Changing Together</b>	<a href="#">Spirit Impacto</a>

○ Anexo 4

**Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2021, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED<sup>40</sup>**

ONGD	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
<b>ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos</b>	O(s) Futuro(s) da Cooperação: um compromisso social com responsabilidades partilhadas
<b>ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência</b>	ED-Comunicar – do conhecimento à mobilização
<b>AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global</b>	Jovem na Política - Participar para a Cidadania Global (II Ed.)
<b>CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral</b>	Jovens Embaixadores do Comércio Justo: alargando horizontes
<b>FEC - Fundação Fé e Cooperação</b>	CoerênciaNaPresidência – Advocacia pelo Desenvolvimento Global
<b>FGS - Fundação Gonçalo da Silveira</b>	EDxperimentar: Laboratórios de Cidadania Global e Desenvolvimento em Meio Escolar
	Escolas Transformadoras: oportunidades e desafios de transformação social a partir da integração da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global no ensino superior
	Sinergias ED: alargar e aprofundar as relações e aprendizagens colaborativas entre ação e investigação em Educação para o Desenvolvimento
<b>IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr</b>	#ClimateofChange - Campanha pan-europeia para um futuro melhor
	#Go EATHical: Campanha para a promoção do desenvolvimento + justo, digno e sustentável
	People & Planet – A Common Destiny: Campanha pan-europeia para um futuro melhor
<b>OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento</b>	Mostra ODS: Transformando o Mundo
<b>Rosto Solidário</b>	Parcerias locais para a EDCG: o papel dos atores locais na implementação da ENED 2018-2022
<b>VIDA</b>	1Planet4All - Empowering youth, living EU values, tackling climate change

<sup>40</sup> Fonte: [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/Resultados\\_ED\\_2021.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/Resultados_ED_2021.pdf)